



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA - PPGEAA**



CAMILA COSTA DE OLIVEIRA

**Memórias e Dissidências: Um Estudo a Partir das Narrativas de Mulheres
Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA**

Castanhal/PA
2026

CAMILA COSTA DE OLIVEIRA

Memórias e Dissidências: Um Estudo a Partir das Narrativas de Mulheres Feirantes da Feira
do Produtor Rural de Castanhal-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Estudos Antrópicos na Amazônia da Universidade
Federal do Pará, como requisito final para obtenção do
título de Mestra em Estudos Antrópicos na Amazônia.
Linha de pesquisa: Etnosaberes e Tecnologias sociais.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sylvia Maria Trusen.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48m Oliveira, Camila Costa de.
Memórias e Dissidências: : Um Estudo a Partir das Narrativas
de Mulheres Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA
/ Camila Costa de Oliveira. — 2026.
98 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Sylvia Maria Trusen
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-Graduação
em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal, 2026.

1. Mulheres Feirantes. 2. Memórias. 3. Narrativas. 4.
Etnosaberes. 5. Antropização. I. Título.

CDD 305.4098115

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado coragem, força e perseverança para continuar seguindo esse caminho até chegar aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – PPGEAA da UFPA e todos os professores que auxiliaram na construção deste estudo, sem seus ensinamentos nas disciplinas, conversas e orientações, este trabalho não seria possível.

Ao meu pai, José Neris de Oliveira, que mesmo não mais presente em vida, sempre acreditou e me fez acreditar que eu chegaria onde quisesse por meio de meus estudos e inteligência. A minha mãe, Vera Lúcia, que sempre esteve do meu lado, me apoiou em todas as decisões, me dando cuidado, carinho, força, fé e que me acompanhou durante todo o trabalho de campo onde carinhosamente foi apelidada de “secretária”.

Ao meu tio, Edivando Costa, que sempre me auxiliou desde o início dessa caminhada, me dando suporte e incentivo para que meu sonho de fazer e concluir o mestrado na Universidade Federal do Pará pudesse se concretizar. A minhas tias e avó que sempre me guardaram em suas orações que me protegem e guiam durante toda a caminhada.

A minha prima Jayane Ribeiro, que leu o início desse sonho, me ajudando a corrigir diversas vezes desde o pré-projeto, ouviu todos os meus surtos e me acompanhou sempre de perto.

Ao meu amigo pessoal Vítor Lima, que nunca me deixou desacreditar de que eu conseguiria chegar até o fim, lembrando-me sempre de ter orgulho de mim mesma.

Aos meus colegas, verdadeiros presentes que o PPGEAA me concedeu a honra de conhecer, agradeço por toda parceria, companheirismo e trocas de conhecimentos que tivemos nesses longos dois anos de mestrado. Especialmente a Rayane Martins, que nunca me deixou desistir mesmo quando os momentos pareciam ser impossíveis de lidar, suas palavras sempre me confortaram e me mantiveram acreditando que tudo daria certo no final.

A minha orientadora, professora Sylvia Trusen, que aceitou me orientar no meio de todo o processo, sou muito grata pelas orientações, troca de ideias e disponibilidade de me atender durante esses meses de mestrado. A banca examinadora, aos professores João Batista e Tunai Rehm, por todas as leituras assíduas da qualificação e defesa, serei sempre muito grata por todos os conselhos de como deixar esse trabalho cada vez mais rico.

A diretoria da Feira do Agricultor Rural de Castanhal – AFEPRUC, que sempre me permitiu estar presente no espaço e disponibilizou todas as informações necessárias para que esse estudo pudesse caminhar.

Às mulheres, trabalhadoras da Feira do Agricultor Rural de Castanhal, mulheres feirantes, que disponibilizaram seu tempo, suas memórias e suas vivências e as demais pessoas envolvidas nesse estudo.

Sem vocês este trabalho não poderia ser realizado. Meu eterno respeito e gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa nasceu do meu olhar de mulher e pesquisadora sobre a Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA, espaço que sempre fez parte da minha vivência familiar e afetiva. Foi entre bancas, vozes e histórias de trabalho que surgiu o desejo de compreender as trajetórias das mulheres feirantes e as formas como constroem suas memórias, identidades e resistências diante das normas de gênero. A dissertação tem como objetivo analisar as narrativas dessas mulheres, buscando compreender como as experiências cotidianas se transformam em práticas de autonomia e dissidência. Fundamentada em autoras e autores como Joan Scott, Simone de Beauvoir, Michel de Certeau e Judith Butler, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e utiliza a História Oral como método central, valorizando a escuta e a memória como campos de produção de saber. As entrevistas realizadas com feirantes vinculadas à AFEPRUC revelaram histórias atravessadas por desigualdades, mas também por estratégias de enfrentamento, solidariedade e invenção de si. Ao revisitar suas lembranças, essas mulheres constroem narrativas que dão sentido ao vivido e desafiam silenciamentos históricos, transformando o espaço da feira em território de resistência e visibilidade. Assim, o estudo evidencia que a feira é mais do que um espaço de trabalho: é um lugar de pertencimento, memória e afirmação feminina. Ao unir teoria e escuta sensível, esta dissertação reafirma o valor das narrativas como formas de conhecimento e resistência, contribuindo para o debate sobre gênero, memória e história oral na Amazônia.

Palavras-chave: Mulheres Feirantes; Memórias; Narrativas; Etnosaberes; Antropização.

ABSTRACT

This research emerged from my perspective as a woman and researcher observing the Feira do Produtor Rural in Castanhal, Pará — a space deeply connected to my family and personal experiences. Among the market stalls, voices, and stories of labor, the desire arose to understand the trajectories of the women vendors and the ways they construct their memories, identities, and resistances to socially and historically imposed gender norms. The dissertation aims to analyze these women's narratives, seeking to understand how everyday experiences become practices of autonomy and dissidence. Grounded in authors such as Joan Scott, Simone de Beauvoir, Michel de Certeau, and Judith Butler, this study adopts a qualitative approach and employs Oral History as its main method, valuing listening and memory as fields of knowledge production. The interviews conducted with vendors associated with AFEPRUC revealed stories marked by inequalities, but also by strategies of confrontation, solidarity, and self-invention. By revisiting their memories, these women construct narratives that give meaning to their lived experiences and challenge historical silences, transforming the market into a territory of resistance and visibility. Thus, the study shows that the street market is more than a workspace: it is a place of belonging, memory, and female affirmation. By combining theory and sensitive listening, this dissertation highlights the epistemological value of women's narratives as forms of knowledge and resistance, contributing to the debates on gender, memory, and oral history in the Amazonian context.

Keywords: Female Vendors; Memories; Narratives; Ethnoscience; Anthropization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 MULHERES E FEIRAS LIVRES: RESISTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO	17
2.1 Memórias, Narrativa e Questões de Gênero: Bases Teóricas	18
2.2 A Participação das Mulheres em Feiras Livres	26
2.3 Resistência e Dissidências: Vozes Femininas nas Feiras Livres	33
3 CONSTRUÇÃO, EVOLUÇÃO E TRABALHO FEMININO NA FEIRA DE CASTANHAL	39
3.1 A Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA: Origens e Transformações	39
3.2 Experiências de Trabalho das Mulheres Feirantes	44
4 O FAZER DIÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA NA AFEPRUC	50
4.1 Narrativa, memória e esquecimento	50
4.2 A Autonomia Feminina nas Lembranças Cotidianas	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	72
ANEXO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	79
APÊNDICE I – Roteiro de Entrevista Semiestruturado	81
APÊNDICE II – Transcrição da Entrevista I	82
APÊNDICE III – Transcrição da Entrevista II	88
APÊNDICE IV – Transcrição da Entrevista III	92
APÊNDICE V – Registro Fotográfico da Feira do Produtor Rural de Castanhal	95

1 INTRODUÇÃO

O movimento da feira é feito de cheiros, cores e vozes. Entre bancas, sacolas e produtos recém-colhidos, circulam histórias de vida que muitas vezes permanecem invisíveis fora daquele espaço. São memórias que se misturam ao barulho das conversas e à rotina do trabalho, narradas sobretudo pelas mulheres que carregam em suas mãos o peso e a dignidade da produção agrícola.

Foi nesse cenário, entre visitas frequentes à Feira do Produtor Rural de Castanhal e conversas com familiares, que começaram a surgir questionamentos sobre a representatividade das mulheres do campo na sociedade. A presença delas na feira, ao deixarem suas casas em busca de integração e sustento, despertou em mim o desejo de compreender suas trajetórias e de refletir sobre a força e a resistência que as atravessam.

As idas à feira sempre fizeram parte da minha vida. Acompanhei familiares nas compras de produtos, caminhando entre barracas, cores e cheiros que compõem a identidade daquele espaço. A feira nunca foi apenas um lugar de circulação de mercadorias, mas também um espaço de encontros, de conversas e de memórias compartilhadas.

Esse vínculo se aprofundou porque parte da minha família também trabalha na feira. Lembro de acompanhar suas rotinas, escutar sobre como funciona a dinâmica da feira, observar a dedicação exigida e perceber o quanto aquele trabalho significava mais do que apenas vender produtos: era também uma forma de sustento, de autonomia e de construção de dignidade. Cresci entendendo que, para muitas famílias, a feira era – e continua sendo – o principal espaço de sobrevivência e de afirmação de sua presença na cidade.

Com o tempo, passei a perceber que a feira é feita de muitas histórias que, embora essenciais para a vida cotidiana, raramente encontram espaço de reconhecimento. A presença das mulheres, em especial, sempre me chamou atenção pelo seu presente número em bancas. Entre a produção, a venda e os cuidados com a família, elas transformam aquele lugar em cenário de resistência e de luta silenciosa, marcada pelo trabalho árduo e pela busca de autonomia.

Após um ano de formação em Licenciatura em História pela faculdade Estácio de Castanhal, participei de diversas conversas com familiares e realizei visitas frequentes à Feira do Agricultor, como é amplamente conhecida pela população castanhalense, com um olhar de pesquisadora.

Posteriormente dei início então algumas escritas sobre o assunto. Foi então que cruzou meu caminho o Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia - PPGEAA, onde pude ter a oportunidade de responder meus questionamentos e a possibilidade de apontar alternativas, para que outras mulheres agricultoras e feirantes possam obter conhecimento sobre o campo e a venda de seus produtos.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia significou, para mim, o primeiro grande desafio desta caminhada. Tratando-se de um programa de caráter interdisciplinar, exigiu de mim uma mudança de postura intelectual e metodológica, já que minha formação foi construída em um curso disciplinar, a Licenciatura em História. Compreender e aplicar a interdisciplinaridade revelou-se uma tarefa complexa, que ainda hoje continua a me provocar e a ampliar meus horizontes.

Essa experiência marcou profundamente a forma como construí esta dissertação: ao mesmo tempo em que carrego comigo o olhar da historiadora, busco abrir espaço para diálogos com outras áreas do conhecimento, experimentando uma estrutura que foge ao que seria esperado em um mestrado estritamente ligado à minha graduação. Assim, este trabalho reflete tanto a marca da minha trajetória formativa quanto a riqueza de novos olhares que o PPGEAA me possibilitou.

O estudo foi se aprimorando e até chegar ao seguinte tema: Memórias e Dissidências: Um Estudo a Partir das Narrativas de Mulheres Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA. A pesquisa possui abordagem qualitativa, com o objetivo descritivo exploratório.

Este estudo busca compreender as narrativas das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal/Pará, investigando como suas trajetórias de vida e trabalho são marcadas por desafios. Por isso, essa pesquisa propõe explorar as memórias, dissidências e identidades que emergem de suas narrativas, reconhecendo o papel singular dessas mulheres na configuração de um espaço de resiliência.

Afora os espaços produtivos, as mulheres participam das atividades de comercialização dos produtos, seja nos espaços de feiras livres ou pequenos comércios. Com presença marcante nas atividades desempenhadas pelas mulheres, ainda se percebe a invisibilidade dessa força de trabalho, muitas vezes entendido como uma ajuda ou um simples complemento do trabalho masculino, ocultando o protagonismo feminino.

A Feira do Produtor Rural de Castanhal/PA - AFEPRUC, ambiente de estudo para essa pesquisa, está localizada no nordeste paraense, na cidade de Castanhal/Pará, a 68 km da capital. A então conhecida Cidade Modelo, é formada por vários bairros e agrovilas, muitas das quais

se dedicam à produção de diversos gêneros agrícolas que são comercializados na feira. Uma rápida ida à Feira do Produtor Rural de Castanhal/Pará nos coloca diante de numerosos trabalhadores e trabalhadoras em suas bancas, com uma diversidade de produtos expostos, que vão de hortaliças, frutas, aves, farinha, gomas de tapioca e até floricultura.

Figura 1: Feira do Produtor Rural de Castanhal



Fonte: Acervo da autora (2026).

Diante do que foi exposto, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: de que maneira as memórias e dissidências das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal/PA se expressam em suas narrativas de vida e trabalho? Para responder a essa questão, foram mobilizados estudos sobre gênero, memória e resistência, além da análise de entrevistas realizadas com mulheres vinculadas à AFEPRUC. Essa abordagem permitiu construir uma reflexão sobre como as experiências cotidianas das feirantes revelam formas singulares de resistência e afirmação identitária.

Foi realizada uma revisão bibliográfica com base em artigos disponíveis em bancos de dados eletrônicos, publicados no período de 2019 a 2024, utilizando o instrumento *Parsifal*. Inicialmente, foram identificados artigos em três bases de dados de grande relevância no meio científico: Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e SciELO – *Scientific Electronic Library Online*. No total, foram encontrados 49 (quarenta e nove) artigos a partir das seguintes palavras-chave: mulheres feirantes, feiras, história oral e representação social. A partir disto,

evidenciou a ausência de materiais específicos sobre as mulheres feirantes de Castanhal, reforçando a relevância desta pesquisa.

Assim, este estudo se justifica pela necessidade de um aprofundamento sobre as identidades das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal - AFEPRUC, os valores que atribuem a essas identidades e sua relação com outros aspectos de suas vidas. Acredita-se que essa pesquisa possa contribuir não só para o empoderamento feminino, como também para as possibilidades de novas políticas públicas mais adequadas às mulheres rurais da feira livre, não apenas na AFEPRUC, como também em outras feiras. Gerando também novos conhecimentos acadêmicos sobre gênero, trabalho rural e feminino, agricultura familiar e desenvolvimento social castanhalense.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as narrativas das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal/PA, buscando compreender como suas memórias e experiências de trabalho expressam formas de resistência e dissidência diante das normas de gênero. E para responder a isso, os objetivos específicos são: a) descrever como se deu a trajetória pessoal e profissional das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal/Pará; b) identificar através das narrativas quais os desafios e possibilidades enfrentados/as pelas mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal/Pará; c) verificar como as mulheres feirantes construíram as suas identidades a partir dos seus lugares de fala.

Nesse sentido, essa pesquisa explora memórias e histórias de vida de mulheres feirantes que muitas vezes, sem acesso a políticas públicas, se depara com recursos financeiros limitados capazes, talvez, de oportunizar ao pequeno lavrador melhores condições de vida e trabalho. O trabalho das feirantes resulta mais do que uma necessidade para a sobrevivência de quem depende desse tipo de atividade, mais do que isso, é o reflexo da manutenção das tradições e da preservação da memória da sociedade castanhalense.

Ao longo das últimas décadas, as mulheres têm ampliado sua presença no mundo do trabalho, seja no mercado formal ou informal, desenvolvendo diversas atividades. No contexto da agricultura familiar, essa participação se mostra ainda mais expressiva. Dados apresentados pela CONAFER (2020), com base no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), indicam que, em 2019, as mulheres representavam cerca de 80% dos participantes do programa, enquanto os homens correspondiam a 20%. O relatório aponta, ainda, que essa presença feminina se distribui de forma significativa em todas as regiões do país, com destaque para o Sudeste (88%), seguido pelo Nordeste (84%), Centro-Oeste (80%), Norte (67%) e Sul (65%).

Porém, como nos alertam Matos e Boreli (2012, p. 146), “paradoxalmente, a maior parte das mulheres continua concentrada em ocupações de menor remuneração, em empregos precários e vulneráveis, sendo que elas são mais atingidas pelo desemprego que os homens”. Para Hirata (2002, p. 281), “a divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das relações entre homens e mulheres, que são desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas [...] de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo construídas socialmente”. No espaço do campo, essas atividades são das mais diversas, pois “trabalham na roça, cuidam dos filhos, cozinham, lavam, passam, costuram, cuidam da criação, da horta, da lenha e da lida com animais” (Bassanezi, 2012, p. 175). Embora exerçam uma diversidade de atividades domésticas, ainda recai sobre as mulheres a responsabilidade de relacionar essas tarefas ao trabalho que garante o sustento do lar.

Além das diversas funções exercidas pelas mulheres, um elemento importante a ser considerado é a persistência de relações patriarcais, que continuam a estruturar as dinâmicas de trabalho e de poder no meio rural. Essa permanência manifesta-se tanto na divisão sexual do trabalho quanto na desigualdade no acesso a recursos e reconhecimento social. De acordo com Silvana Santos e Leidiane Oliveira (2010), “historicamente, identifica-se uma maior aproximação pelos homens do poder político, do poder de escolha e de decisão sobre sua vida afetivo-sexual e da visibilidade social no exercício das atividades profissionais”. As autoras reforçam que “este é um processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos”, o que ajuda a compreender como essas desigualdades persistem nas práticas e representações do trabalho feminino nas feiras.

Nessa perspectiva, a abordagem de gênero torna-se fundamental, pois possibilita compreender de que maneira as relações sociais são atravessadas por construções históricas e culturais que ultrapassam a simples diferença biológica entre os sexos. Ao analisar o trabalho feminino no espaço rural, torna-se necessário reconhecer que a atuação das mulheres não se limita a uma dimensão econômica, mas envolve também disputas simbólicas, afetivas e políticas. Para compreender essas experiências, buscamos em Joan Scott a discussão da categoria de análise de gênero, a qual nos possibilita elucidar as relações sociais e entender as diferenças entre homens e mulheres como um construto eminentemente social (Scott, 1990). Tal análise nos permite identificar as normas, valores, costumes e práticas socialmente construídas que orientam a vida coletiva e, ao mesmo tempo, questionar e desnaturalizar as relações de poder que sustentam desigualdades. Assim, pensar gênero nesse contexto abre caminho para revelar como as feirantes constroem estratégias de resistência, afirmam suas

identidades e negociam espaços em um ambiente historicamente marcado pela predominância masculina.

No mundo do trabalho, as feiras ocupam lugar importante, sobretudo por se tratar do local em que os trabalhadores e as trabalhadoras do campo podem comercializar o seu produto. Silvestre et. al., (2011), apontam que a importância das feiras se dá por vários motivos, entre eles, por gerar renda aos agricultores familiares; criarem redes de produção e comercialização entre diferentes sujeitos e garantir a circulação de diferentes produtos. Para Ângulo (2003), as feiras são, geralmente, empreendimentos locais que buscam a valorização da produção agroalimentar, principalmente em municípios de pequeno e médio porte. Tal fato pode ser verificado em Castanhal-PA, pois a feira do produtor rural é um espaço que abriga feirantes de diversas agrovilas do município. Em estudo sobre as feiras nas cidades de Marabá-PA, Macapá-AP e Castanhal-PA, Márcio Amaral (2016), demonstra que as feiras têm funcionado nessas cidades como uma alternativa da população e que a partir delas se produz uma densa rede de relações entre a cidade e a região. Em relação a Castanhal-PA, o autor enfatiza que “uma parcela significativa da população da cidade e da região tem como principal alternativa de abastecimento, fora dos circuitos dos supermercados e hipermercados, contando com diversas feiras presentes na região central [...]” (Amaral, 2016, p. 381). Ao corroborar com a ideia da importância que a Feira do Agricultor de Castanhal tem para a região, é de suma importância analisar a dinâmica desse espaço, entender sua formação, funcionamento e na perspectiva principal que este projeto de pesquisa intenta, compreender as múltiplas relações de trabalho existentes, com ênfase no trabalho das mulheres feirantes/agricultoras.

Diante da invisibilidade que vivem essas mulheres, é preciso visibilizá-las a serem protagonistas da história. Giovana Salvaro, Mara Lago e Cristina Wolf (2013) apontam que é pertinente considerar que as reivindicações e conquistas das mulheres agricultoras pelo reconhecimento profissional e por direitos trabalhista-previdenciários se inserem em campos de disputas por reconhecimento cultural e redistribuição socioeconômica. Dessa maneira, a feira enquanto espaço social, econômico e político deve ser entendido como lugar de realizações, conquistas, respeito e condições de igualdade, sobretudo para as mulheres.

Ao mobilizar esse referencial teórico, é importante reconhecer que muitos dos debates aqui utilizados foram elaborados em contextos socio-históricos distintos daquele em que se insere a Feira do Produtor Rural de Castanhal. Autoras como Joan Scott e Simone de Beauvoir, por exemplo, desenvolveram suas reflexões em tempos e lugares marcados por disputas políticas e acadêmicas específicas, distantes da realidade empírica desta pesquisa.

Esse distanciamento, contudo, não desqualifica suas contribuições — ao contrário, evidencia a potência e a atualidade de suas formulações para problematizar a condição feminina e as relações de gênero em diferentes contextos.

Reconheço que há diferenças significativas entre os cenários estudados por essas autoras e o universo empírico desta dissertação, marcado pela experiência de mulheres feirantes no interior da Amazônia paraense. O que justifica, porém, o uso dessas teorias é justamente a capacidade de suas categorias — como a noção de gênero como relação de poder (Scott) e a crítica à construção social da mulher como “outro” (Beauvoir) — de atravessar fronteiras espaço-temporais e oferecer instrumentos analíticos para compreender as desigualdades que estruturam o cotidiano dessas mulheres.

Desse modo, recorrer a esse referencial não implica tomá-lo como universal ou atemporal, mas reconhecê-lo como ferramenta crítica que permite iluminar aspectos ainda presentes nas vivências das feirantes, especialmente no modo como articulam trabalho, memória e resistência.

A metodologia deste estudo originou-se de uma abordagem qualitativa, por buscarmos capacitar indivíduos a partilharem suas histórias e a fazerem ouvir suas vozes (Gonçalves; Gonçalves; Marques, 2021). A pesquisa caracteriza-se como exploratória, tendo como objetivo principal o aprimoramento de ideias e a descoberta de intuições (Gil, 2002). Nesse contexto, buscou-se compreender as narrativas das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal, a partir de suas memórias e dissidências.

O trabalho de campo será realizado junto às mulheres feirantes, na cidade de Castanhal/Pará, a partir de entrevistas realizadas nas dependências da Feira do Produtor Rural de Castanhal. As participantes desta pesquisa foram mulheres feirantes associadas à Feira do Produtor Rural, que participam de forma assídua do local. O total de participantes foi de 3 (três) mulheres, na faixa etária de 18 a 60 anos, posterior a sua assinatura ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do Comitê de Ética.

A pesquisa teve como foco a análise de narrativas e memórias, explorando histórias e relatos para entender comportamentos e experiências das mulheres feirantes. Pois as narrativas são a forma que construímos e transmitimos nossas experiências ao longo do tempo. Fernandes (2011, p.39) compreende a memória como a faculdade de reter ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente ao momento presente da rememoração, considerando-se a experiência individual, mesmo que ocorra a partir de um fato acentuadamente coletivo.

Vale ressaltar que, no que diz respeito à memória, não a compreendo apenas como acúmulo de lembranças, mas também como esquecimento. A memória é sempre um processo

seletivo, atravessado por silêncios, lacunas e omissões que, muitas vezes, dizem tanto quanto aquilo que é lembrado. Conforme sugere Walter Benjamin (1987), o esquecimento não é ausência, mas parte constitutiva do processo de rememoração, revelando escolhas, afetos e disputas em torno do que merece ser narrado. Esse aspecto será fundamental para compreender as experiências das mulheres feirantes aqui analisadas, uma vez que suas narrativas não apenas resgatam o vivido, mas também evidenciam aquilo que foi silenciado ou relegado ao esquecimento.

Assim, para compreender as narrativas e memórias das mulheres feirantes, este estudo adota a história oral como método principal para a coleta de dados. Trata-se de uma escolha que não apenas orienta a técnica de investigação, mas também define uma postura ética e política diante do campo, pois coloca em evidência a centralidade das vozes das próprias mulheres, reconhecendo-as como sujeitas produtoras de saber. Paul Thompson (1992, p. 44) complementa que a história oral é uma história construída em torno de pessoas, pois lança a vida para dentro da própria história e, desse modo, amplia seu campo de ação. Ela aproxima a pesquisa da comunidade, ao mesmo tempo em que extrai dela narrativas significativas para a compreensão de processos sociais mais amplos.

Nessa direção, a utilização da história oral nesta dissertação está diretamente vinculada à proposta de valorizar memórias e experiências que, em grande parte, permanecem à margem das versões oficiais da história. O recurso metodológico também evidencia o lugar do/a pesquisador/a, que não se apresenta como alguém neutro ou distante, mas como sujeito que se envolve, escuta e reconstrói junto com as feirantes os sentidos atribuídos às suas trajetórias. Assim, o “auto” se articula ao texto na medida em que a escrita aqui produzida é atravessada pelas vozes das entrevistadas e pela experiência de pesquisa, resultando em uma narrativa que reconhece tanto a singularidade das memórias individuais quanto sua potência coletiva.

Assim, a história oral enquanto método é pertinente ao instrumento, posto que se configura como discurso dialógico, e mais, um gênero discursivo moldado por várias vozes e suporte narrativo e histórico, com o entrevistado tendo a autoridade e a consciência de narrador, em que o conhecimento inicia-se na oralidade deste e conclui-se na escritura do historiador (Fernandes; Fernandes; Silva; Nascimento, 2021).

Para ter acesso aos participantes, primeiramente apresentaremos o estudo para a coordenação da Feira do Produtor Rural, solicitando a permissão para que a pesquisa possa ser realizada no local. Posteriormente ao aceite, o estudo foi apresentado às mulheres associadas, solicitando de forma voluntária a participação daquelas que se interessaram e concederam as entrevistas. A primeira etapa da coleta de dados foi feita no primeiro semestre de 2025, a partir

do meu diálogo de pesquisadora com as participantes, observações as quais algumas informações foram registradas no caderno de campo, registros fotográficos e de áudio autorizados. As fotos e áudios foram armazenados em nuvem de forma segura, para que apenas a pesquisadora tenha acesso ao material, preservando a identidade das entrevistadas.

O roteiro da entrevista ocorreu em torno de como se desenvolveu a trajetória pessoal e profissional das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural, quais os desafios e possibilidades enfrentadas por elas e como construíram as suas identidades a partir dos seus lugares de fala. Com perguntas abertas sobre os temas que giram em torno de como essas mulheres se veem em seu trabalho; como enxergam as relevâncias na cadeia produtiva; necessidades presentes na feira e em seu trabalho; como essas dificuldades tem impacto em suas vidas e trabalho; como enxergam os outros e elas mesmas e a suas relações com os demais feirantes.

Nesta pesquisa a análise dos dados ocorreu por meio da análise de discurso das mulheres feirantes, sob o aporte metodológico de Foucault, em uma abordagem que busca desvendar as relações de poder e saber que se escondem por trás do discurso. Investigando as práticas discursivas, as condições de produção e as implicações sociais dos enunciados. Em Foucault (2012, p. 25), o discurso é tratado como um acontecimento que deve ser estudado dentro de uma perspectiva da descontinuidade, de ruptura, de limiar, de limite, de série e de transformação.

Posteriormente, as entrevistas realizadas foram transcritas preservando as características originais do discurso, como pausas e repetições. Sendo analisadas de forma minuciosa, verificando qual a dissidências enfrentadas pelas participantes.

Para Caregnato e Mutti (2006) o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal.

Essa pesquisa está organizada em cinco capítulos, além das considerações finais, apêndices, anexos e referências. No primeiro capítulo, apresentamos a introdução, na qual são expostos o tema da pesquisa, problemática central, revisão bibliográfica, justificativa, os objetivos, referencial teórico, e os caminhos metodológicos adotados para a construção da análise.

O capítulo dois, busca contextualizar historicamente e teoricamente a participação feminina nesse espaço. Para isso, inicia-se com a discussão sobre memória, narrativa e questões

de gênero como bases teóricas fundamentais para a compreensão da experiência das mulheres feirantes. Em seguida, analisa-se a presença e a atuação feminina nas feiras livres, destacando seu papel na economia popular e nos laços sociais que sustentam esse ambiente. Por fim, investiga-se as formas de resistência e dissidências expressas pelas vozes femininas nesses espaços, ressaltando como essas mulheres desafiam normas de gênero e estruturais.

No terceiro capítulo, a análise se volta especificamente para a Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA. Primeiramente, explora-se sua origem e as transformações ao longo do tempo, situando-a no contexto da economia local e das dinâmicas socioculturais da região. Em seguida, são apresentadas as experiências de trabalho das mulheres feirantes, evidenciando suas trajetórias, desafios e estratégias para garantir sua permanência e autonomia nesse espaço.

O quarto capítulo aprofunda a discussão sobre as memórias e práticas cotidianas que sustentam a atuação das mulheres na feira. Nesse ponto, examina-se como as lembranças e narrativas das feirantes revelam processos de resistência e (re)construção identitária, marcados por tensões entre memória e esquecimento. Além disso, analisa-se de que modo o fazer diário, atravessado por relações de solidariedade, cuidado e trabalho coletivo, se configura como um exercício contínuo de autonomia e fortalecimento feminino no âmbito da AFEPRUC.

Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais da pesquisa, sintetizando os principais achados do estudo e refletindo sobre suas implicações para o entendimento da participação feminina em feiras livres. Além disso, discute-se a autonomia conquistada pelas mulheres feirantes a partir da atuação na Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA, com destaque para a AFEPRUC, apontando os impactos sociais e econômicos dessa organização no fortalecimento da identidade e da resistência feminina.

2 MULHERES E FEIRAS LIVRES: RESISTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

A presente seção tem como finalidade apresentar os caminhos teóricos e analíticos que sustentam a discussão sobre a participação das mulheres em feiras livres, com foco na Feira do Produtor Rural de Castanhal. Ao abordar a relação entre mulheres, memórias e feiras, pretende-se destacar como esses espaços populares se constituem em importantes territórios de resistência, agência e construção de identidades femininas. A escolha por focar as narrativas das feirantes se justifica pela relevância de suas experiências cotidianas enquanto trabalhadoras e sujeitos históricos que, por meio de suas trajetórias, reivindicam reconhecimento e visibilidade social.

Assim, os tópicos que compõem esta seção articulam-se diretamente ao objetivo geral da pesquisa, que é analisar as narrativas das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal, evidenciando os desafios enfrentados a partir de suas memórias e dissidências. A partir desse eixo central, os objetivos específicos orientam a abordagem dos temas aqui tratados, buscando compreender a construção das trajetórias pessoais e profissionais dessas mulheres, os obstáculos e possibilidades presentes em suas vivências, bem como os modos como constroem suas identidades e lugares de fala. A estrutura da seção foi organizada em três subitens: o primeiro trata dos aportes teóricos sobre memória, narrativa e questões de gênero; o segundo foca na participação das mulheres nas feiras livres; e o terceiro explora os sentidos de resistência e dissidência que emergem das vozes femininas no contexto feirante.

Os aportes teóricos que fundamentam esta seção articulam diferentes perspectivas sobre gênero, experiência e resistência. A obra de Joan Scott (1995; 2019) é fundamental por compreender o gênero como uma categoria relacional e histórica, que estrutura as desigualdades sociais e permite pensar o modo como as mulheres constroem significados para suas experiências. Já Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (2016), oferece a base filosófica para compreender a mulher enquanto sujeito socialmente produzido e historicamente posicionado como “outro”. Michel de Certeau (1985) e James Scott (1979) contribuem, por sua vez, para compreender as práticas cotidianas e as táticas de resistência que emergem no espaço da feira, enquanto Ibdaiwi *et al.* (2022) ajudam a atualizar a discussão sobre trabalho e gênero em contextos contemporâneos.

Assim, esses referenciais se complementam ao permitir que a análise das narrativas das feirantes revele tanto as dimensões simbólicas quanto as práticas concretas de resistência e dissidência no cotidiano.

2.1 Memórias, Narrativa e Questões de Gênero: Bases Teóricas

A memória é um dos fenômenos mais complexos e fundamentais para a existência humana. Ela desempenha um papel essencial na construção da identidade individual, na aprendizagem e na formação de conexões sociais. O estudo da memória é uma área multidisciplinar que abrange campos como a neurociência, a psicologia, a filosofia, a história e a educação, contribuindo para a compreensão dos mecanismos cognitivos e dos processos que regem o armazenamento e a recuperação de informações. A memória humana aguarda ser totalmente desvendada, e isso passa necessariamente por estudos baseados na genética, na dimensão dos sistemas de memória, que, por sua vastidão e complexidade extremas (Cantarino; Pereira, 2002), desafiam a ciência.

Compreender a memória é também compreender a formação das identidades coletivas e individuais. Ela ultrapassa o simples registro factual de eventos, envolvendo interpretações, lembranças e narrativas que dão sentido à experiência humana. A memória histórica, nesse processo, influencia a maneira como as sociedades constroem tradições, valores e visões sobre si mesmas e sobre os outros. Abre-se, assim, a possibilidade de que a memória, em vez de ser apenas recuperada ou resgatada, seja constantemente recriada, a partir dos novos sentidos que se produzem — tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos, já que todos são sujeitos sociais (Gondar, 2008).

O estudo da memória permite compreender como determinados eventos são lembrados ou esquecidos ao longo do tempo, podendo ser manipulados para justificar discursos políticos, legitimar o poder ou mesmo suprimir aspectos incômodos da história. Como lembra Walter Benjamin (1987), recordar é também reinterpretar o passado à luz do presente, revelando as disputas de sentido que perpassam o ato de rememorar. Assim, analisar as dinâmicas da memória coletiva é essencial para evitar distorções e compreender como os sujeitos reelaboram suas experiências.

Na perspectiva de Leonardelli (2008), o depoimento pessoal é construído pela memória criadora, e suas singularidades processuais atestam a riqueza de possibilidades que essa função oferece para reinventar a existência. Ou seja, a memória não é apenas um registro fixo de eventos passados, mas um processo dinâmico de ressignificação. Relatar um acontecimento não significa revivê-lo de forma exata, mas reconstruí-lo a partir de uma perspectiva atual, permeada por emoções, contextos e afetos. Cada indivíduo elabora suas próprias formas de lembrar e narrar a história, influenciado por fatores culturais e subjetivos. Como a memória não é uma reprodução literal dos fatos, mas uma reconstrução, ela permite que as pessoas

resignifiquem suas trajetórias e deem novos sentidos ao passado. Trata-se do encontro da história vivida com a história pesquisada, estudada e narrada (Delgado, 2003).

No campo das narrativas, encontramos uma das formas mais potentes de organização e transmissão do conhecimento humano. Elas estruturam experiências, dão significado aos acontecimentos e possibilitam a comunicação de ideias, sentimentos e identidades. Presentes na oralidade, na escrita, na arte e nas mídias contemporâneas, as narrativas desempenham papel essencial na construção da memória individual e coletiva. De acordo com Abrahão (2003), a maneira como indivíduos e grupos contam suas histórias reflete suas experiências e valores, e o modo como essas narrativas são relatadas pode universalizar as vivências e trajetórias de seus sujeitos.

As narrativas pessoais são moldadas por aspectos culturais, históricos e sociais, permitindo que as pessoas reafirmem suas origens e seus pertencimentos, influenciando tanto a identidade pessoal quanto a história de um grupo ou comunidade. Nessa perspectiva, Denzin (1984, p.32) nos ensina que "As pessoas comuns universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem". Assim, se dizemos que a narrativa, na história oral, acaba constituindo o passado, isso não significa que o passado não tenha existido antes dela. Esquecer essa diferença é tomar a narrativa, ou as narrativas, como a própria realidade, ou as realidades (Alberti, 2003).

Ademais, as narrativas dissidentes são aquelas que desafiam discursos hegemônicos e questionam normas estabelecidas. Elas emergem como resistência e contestação, trazendo à tona experiências marginalizadas e ampliando o debate social. No contexto das mulheres feirantes, por exemplo, suas narrativas podem evidenciar desigualdades, lutas e formas de resistência diante das dificuldades enfrentadas, muitas das quais estão diretamente ligadas às relações de gênero e às dinâmicas de poder que permeiam seu cotidiano.

A noção de gênero, por sua vez, é um conceito multifacetado e em constante evolução. Como define Joan Scott (1995 [2019], p. 86), "o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de significar as relações de poder". Dessa forma, o gênero transcende a mera definição biológica de sexo, configurando-se como uma construção social complexa, moldada por fatores históricos, culturais, políticos e simbólicos que influenciam a maneira como homens e mulheres vivenciam e expressam suas identidades. Ao longo do tempo, diferentes papéis e expectativas foram atribuídos aos sujeitos, conformando modos de ser e de se perceber na sociedade. Assim, compreender o gênero como categoria de análise é compreender, também, as relações de poder e as formas de interação que estruturam a experiência humana.

É fundamental reconhecer que essa construção social de gênero é dinâmica e está em constante transformação. Os movimentos sociais e os debates públicos têm questionado as normas tradicionais de gênero, abrindo espaço para a expressão de diversas identidades e a busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

Na década de 1970 os estudos sobre a família passam a se subdividir em abordagens mais específicas, como mulheres, crianças, sexualidade, herança, patrimônio etc. Surgem nas universidades departamentos e núcleos de estudo da chamada condição feminina. E a partir daí torna-se necessário um aprofundamento conceitual no tratamento destas questões. Surge então a formulação do conceito de gênero, no contexto dos *Gender Studies* (Estudos de Gênero), desenvolvidos inicialmente por pesquisadores de língua inglesa em universidades norte-americanas, como Gayle Rubin (1984) e Joan Scott (1995). No Brasil essa nova conceituação é abraçada pela comunidade acadêmica no mesmo período (Rangel; Sorrentino, 1994).

Ao estudarmos este termo devemos levar em consideração o fato de que palavras, assim como ideias e coisas, têm história. Ao longo dos séculos, as pessoas utilizaram da palavra gênero para diferenciar os sexos, e muito recentemente tem se visto tal termo sendo usado para tratar de questões mais literais, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos.

Essa historicidade do conceito de gênero também se manifesta nas diferentes fases do movimento feminista, conhecidas como ondas, que surgiu a partir de reivindicações pelos direitos de liberdade e igualdade que, conquistados pelos homens do século XIX – advindos da Revolução Francesa por meio da Declaração de direitos do homem e do cidadão –, assegurava a eles vários direitos, e, desse momento em diante, começaram os questionamentos das mulheres sobre a igualdade de seus direitos (Silva; Carmo; Ramos, 2021). Revela-se, pois, assim, como as compreensões sobre a relação entre os sexos evoluíram ao longo do tempo.

Na primeira onda, entre o final do século XIX e o início do XX, embora o termo "gênero" ainda não fosse utilizado com a densidade teórica que viria mais tarde, já se observava um incômodo com as hierarquias naturalizadas entre homens e mulheres. As sufragistas, ao reivindicarem o direito ao voto e à participação pública, contestavam, ainda que de forma implícita, a ideia de que a subordinação feminina era um dado natural e imutável, plantando as primeiras sementes de uma crítica que mais tarde seria formulada como construção social do gênero. O máximo que elas conseguiram foi serem ridicularizadas pelos homens, nos jornais e propagandas. Sem a compreensão da população machista, e sem ser ouvidas, as mulheres tornaram o movimento mais intenso, quebrando algumas propriedades e fazendo greves de fome (Pinto, 2010).

Na segunda onda, que se fortaleceu a partir da década de 1960, o conceito de gênero passou a ocupar papel central na análise das desigualdades. Influenciadas por pensadoras como Simone de Beauvoir (2016), que afirmou que não se nasce mulher, torna-se mulher, as feministas dessa fase romperam com a ideia essencialista de que as diferenças entre os sexos seriam determinadas exclusivamente pela biologia. Ao diferenciar sexo, entendido como aspecto biológico, e gênero, compreendido como uma construção social e cultural, abriu-se espaço para questionar os papéis atribuídos às mulheres dentro da família, da sexualidade, do trabalho e da política. Dessa forma, o movimento feminista conquistou os direitos sobre o seu corpo, fortalecendo valores através de lutas constantes que ensejaram em discussão e ampliação desse tema, desenvolvendo outras políticas públicas como sexualidade feminina, violência contra a mulher, direitos reprodutivos, programa de combate ao câncer de mama e colo de útero entre outros (Silva; Carmo; Ramos, 2021).

O segundo movimento foi constituído por grupos privados e informais de feministas apoiadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que trouxe o fortalecimento de novas ideias e concepções, surgindo novos movimentos associados às lutas sindicais, defendendo melhores condições de trabalho, salário digno, medidas de saúde e segurança, associações profissionais, partidos políticos, obtendo autonomia em relação aos seus direitos, defrontando os abusos e discriminações sofridas pela questão de gênero, enfrentando a política vigente (Otto, 2004).

A terceira onda, emergente nos anos 1990, aprofundou esse debate ao reconhecer que o conceito de gênero não pode ser pensado de forma isolada de outros marcadores sociais, como raça, classe, sexualidade e identidade de gênero. Essa fase também questiona a própria ideia de uma identidade feminina universal, apontando para a pluralidade de vivências e subjetividades. Assim, o gênero é entendido não como uma categoria fixa, mas como um campo de disputa, marcado por relações de poder, performances e construções discursivas. Diante disso, a ampliação do status sobre o feminismo brasileiro foi intensificado a partir dos avanços na política, desafiando tabus e paradigmas, em que a mulher estava ocupando cargos que anteriormente eram exclusivos aos homens. Foi através de um longo percurso, enfrentando diversas formas de discriminações, segregação, violência, na maioria das vezes inferiorizadas por uma sociedade machista, que esse movimento conquistou força e ganhou o seu espaço ao longo dos anos (Silva; Carmo; Ramos, 2021).

Já a quarta onda, surgiu a partir de 2010. Porém ainda não há um consenso sobre a existência da quarta onda nos estudos mais tradicionais, mas se torna nítido o seu surgimento, motivado pelo ativismo virtual ou o chamado ciberativismo, além disso traz uma diversidade de

feminismos, também o ingresso da interseccionalidade e a mobilização de coletivos, grupos de pessoas que se movimentam, para fazerem manifestações, esses coletivos são organizações mais fluídas, diferentes das organizações tradicionais, esses grupos se reúnem através das redes sociais, assim o pessoal vai se engajando para determinada ação (Castro, 2020). As questões de identidade, representatividade, violência simbólica e empoderamento ganham centralidade, reafirmando que o gênero, como propõe Joan Scott, é uma forma de dar significado às relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Essa onda demonstra que compreender o gênero como uma categoria histórica e relacional é essencial para desnaturalizar as desigualdades e construir novos modos de existência mais justos e plurais.

Silva *et al* (2021) afirma que a cada onda feminista analisada permitiu identificar que as mulheres foram conquistando lentamente o seu espaço e foi possível reconhecer alguns sinais de mudança, como a mulher inserida na política, no mercado de trabalho, ocupando cargos e funções exclusivos dos homens.

A palavra gênero constitui uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, que foi enunciado por um movimento social e acadêmico que se desenvolveu ao longo do século XX, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. Judith Butler, é uma das principais filósofas da atualidade e muitos de seus insights reverberam para além das fronteiras dos estudos de gênero. O objetivo de Butler é não apenas contestar a binariedade do sexo biológico e a implicação causal “sexo biológico → gênero → desejo sexual”, mas também apresentar gênero e identidade de gênero como produtos de constelações de poder que se fundamentam em uma matriz heterossexual (Bachur, 2021). O gênero marcava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades, fortalecido também no século XX. Aquelas, como Joan Scott, que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos se centrava sobre as mulheres de forma muito estreita e separada, utilizaram o termo para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico.

Além disso, Simone de Beauvoir, pensadora francesa do século XIX, retrata que quanto ao papel respectivo dos dois sexos, trata-se de um ponto acerca do qual as opiniões variam muito. A princípio, desprovidas de fundamento científico, refletindo os mitos sociais (2016, p. 35).

A partir da dessemelhança sexo/gênero, delineiam-se os argumentos para pensar a diferença sexual como produto da cultura e não como substrato natural ou essência que informaria a modelação dos chamados papéis sexuais. Nesta abordagem, indivíduos nascidos e classificados como homens e mulheres seriam socializados para agir, pensar e sentir segundo roteiros culturalmente construídos em posições vinculadas ao sexo anátomo-biológico.

São perspectivas que trabalham a partir da construção cultural dos papéis de gênero e tendem a conceber as relações entre os sexos a partir de pressupostos de costume e estabilidade social. Em geral, tendem também a descartar a possibilidade de mudança nesse arranjo social (Heilborn; Rodrigues, 2018).

Nesse sentido, foi a partir da luta por um maior reconhecimento da pesquisa sobre mulheres que o termo "gênero" surgiu, proposto por estudiosas que viam nesse campo de estudo o potencial de revolucionar os paradigmas existentes em cada disciplina. Pois, a igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais. A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico (Beauvoir, 2016, p. 85).

Sobre outra perspectiva teórica, Scott (2019) aponta que o termo “gênero”, ao ser utilizado como substituto de “mulheres”, também serve para destacar que informações sobre as mulheres implicam necessariamente informações sobre os homens. Ou seja, o estudo de um está sempre relacionado ao estudo do outro. Dessa forma, é possível perceber como o conceito de gênero se articula com a noção de alteridade.

Similarmente, Spielmann (2000, p.4), ao discutir a noção de alteridade, mobiliza o pensamento de Simone de Beauvoir e, em diálogo crítico com Emmanuel Levinas, aponta como as mulheres são historicamente concebidas como o “Outro”. As mulheres seriam, segundo Beauvoir, encaradas como o negativo dos homens, a carência. Para a autora, a identidade de gênero não designa um ser substancial, mas sim uma dimensão cultural e histórica. Nesse sentido, a mulher é concebida a partir da relação de alteridade com o gênero que se lhe opõe, o masculino.

A partir dessa concepção de alteridade e da desconstrução das visões binárias, podemos reconhecer a multiplicidade dos processos de identificação de gênero e a necessidade de romper com normas heteronormativas que limitam as possibilidades de expressão. Essa perspectiva evidencia que o gênero é sempre relacional, construído em referência ao outro. Simone de Beauvoir (2016) já apontava que “o homem é o Sujeito, o Absoluto; a mulher é o Outro”, destacando que as desigualdades de gênero não derivam de características biológicas, mas da posição assimétrica atribuída às mulheres na ordem social. Tal compreensão ressalta como o

gênero se define no contraponto entre os sexos e se articula com outras categorias sociais, como classe, raça e sexualidade. Scott (2019), ao reforçar essa abordagem relacional, argumenta que o gênero não pode ser compreendido de forma isolada, mas apenas nas interações que moldam nossa identidade. Assim, reconhecer essa relacionalidade é entender que o gênero não é algo individual, mas algo que se produz nas relações sociais.

Nesse sentido, quando se trata da crítica ao determinismo biológico, a análise de Joan Scott refuta a ideia de que as diferenças de gênero são apenas de natureza biológica. Ela argumenta que o sexo biológico é apenas um dos fatores que contribuem para a construção da identidade de gênero, e que outros fatores, como cultura, história e relações sociais, também desempenham um papel crucial.

Ainda segundo Scott (2019, p.58), também lembra que as teóricas do patriarcado questionaram a desigualdade entre homens e mulheres de várias maneiras importantes, afirmando que as teorias do patriarcado não explicam o que é a desigualdade de gênero e que a dominação venha na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, baseando a análise na diferença física. Essa crítica ao determinismo biológico nos permite reconhecer que o gênero não é uma entidade fixa e imutável, mas algo fluido e dinâmico que se transforma ao longo do tempo e do espaço. Igualmente, Beauvoir (2016, p. 17) nos recorda que a mulher sempre foi situada em posições de subordinação, se não como escrava do homem, ao menos como sua vassala; os dois sexos nunca partilharam do mundo em igualdade de condições e, ainda hoje, embora sua situação esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*. Essa reflexão contribui para compreender as desigualdades presentes no cotidiano das mulheres feirantes de Castanhal, cujas narrativas revelam desafios persistentes associados ao trabalho, à autonomia econômica e à divisão sexuada das responsabilidades cotidianas.

Scott (2019), ademais, argumenta que não existe uma única teoria que possa explicar completamente a natureza complexa e multifacetada do gênero. A autora defende a necessidade de abordagens interdisciplinares e críticas que considerem a multiplicidade de experiências e perspectivas sobre o gênero, uma vez que as concepções de gênero mudaram e se adaptaram às diferentes circunstâncias sociais. Essa análise histórica nos permite reconhecer que o gênero não é algo estático e atemporal, mas sim algo que se transforma ao longo do tempo e do espaço.

Essa discussão encontra eco em Hannah Arendt (2007), que distingue labor, trabalho e ação como dimensões fundamentais da condição humana. O labor, relacionado às necessidades biológicas e à reprodução da vida, foi historicamente desvalorizado por estar associado às tarefas domésticas, muitas vezes atribuídas às mulheres. Já o trabalho refere-se à criação de um

mundo mais durável, enquanto a ação é o exercício da liberdade no espaço público. Essa diferenciação ajuda a compreender por que o trabalho feminino, sobretudo em espaços informais, foi invisibilizado e relegado a um papel secundário. Ao aproximar a teoria de Arendt da discussão sobre gênero, evidencia-se que a marginalização das atividades femininas não se deve a uma suposta natureza biológica, mas a uma construção social que hierarquiza certas formas de trabalho em detrimento de outras.

Consequentemente, diante desse percurso, é possível reconhecer a relevância das contribuições de Simone de Beauvoir e Joan Scott para a consolidação de um olhar crítico sobre as estruturas que naturalizam as desigualdades de gênero. Beauvoir, ao questionar os fundamentos da identidade feminina, abriu caminho para que as experiências das mulheres fossem pensadas para além dos limites biológicos e normativos. Scott, por sua vez, ao propor o gênero como uma categoria útil de análise histórica, permitiu que se compreendesse como essas desigualdades são produzidas, mantidas e também contestadas ao longo do tempo.

Nesse contexto de transformações conceituais, o estudo reflete sobre as implicações das diferentes perspectivas de gênero para a escrita da história, apontando a importância de incorporar uma análise crítica das relações de poder e das identidades sociais na produção historiográfica. Nesse sentido, evidencia-se como a história tradicionalmente marginalizou as mulheres e outros grupos sociais, reforçando a necessidade de uma narrativa mais plural e inclusiva, capaz de refletir a diversidade das experiências humanas. Essa perspectiva é fundamental para compreender as narrativas das mulheres feirantes de Castanhal, cujas trajetórias revelam silenciamentos e desigualdades historicamente naturalizados. Como relata Joana, feirante há mais de quarenta anos e ex-presidente da feira, ao rememorar um episódio de desrespeito vivido no início da organização da AFEPRUC: *“Mas por eu ser mulher, se eu fosse homem, não teria dito aquilo, né? Então isso aí nunca saiu da minha mente”*¹. Esse relato evidencia como experiências de violência simbólica e exclusão, vividas por mulheres em espaços de trabalho, tendem a permanecer à margem das narrativas históricas tradicionais, sendo recuperadas apenas por meio da escuta e da valorização das memórias femininas.

No contexto desta pesquisa, esses aportes teóricos são fundamentais para a escuta e a valorização das narrativas das mulheres feirantes de Castanhal-PA, cujas memórias revelam modos singulares de resistência, agência e participação em um espaço de trabalho popular que é, ao mesmo tempo, atravessado por hierarquias de gênero, classe e território.

¹ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 3.

Dessa forma, ao compreender a memória como um instrumento ativo na construção de narrativas e de identidades, e ao reconhecer o gênero como uma categoria relacional e histórica que molda experiências e percepções sociais, estabelecem-se as bases teóricas para a análise das trajetórias das mulheres feirantes. Essas premissas serão fundamentais para a próxima seção, que abordará a participação das mulheres nas feiras livres, com foco nas formas de inserção, atuação e resistência no contexto da Feira do Produtor Rural de Castanhal. Busca-se, assim, compreender como essas mulheres constroem seus lugares sociais a partir das práticas cotidianas, do trabalho e das relações que estabelecem nesse espaço tradicionalmente marcado por desafios de gênero.

2.2 A Participação das Mulheres em Feiras Livres

A atividade de feirante teve origem no século IX na Europa, nos mercados locais organizados com a finalidade de suprir a população com produtos de primeira necessidade (Pirenne, 1936). Conforme exposto por Carvalho e Aguiar (2017), em sua gênese, a atividade de feirante consistia em legado familiar.

No século XXI, tal atividade passou a acontecer como alternativa ao desemprego, e como forma de complementação da renda familiar. Ainda segundo os autores, apesar de sua importância socioeconômica e cultural, as feiras livres, em geral, apresentam problemas relativos a saneamento deficiente, falta de estrutura física adequada, no que se refere à dimensão espacial e equipamentos de uso coletivo, comercialização de produtos não permitidos, falta de segurança, entre outros.

Nesse contexto, feiras livres são mercados abertos realizados periodicamente — geralmente uma ou mais vezes por semana — em ruas, praças públicas ou em seus próprios endereços. São locais que se inserem nessa diversidade do sistema agroalimentar e, no Brasil, representam o canal de comercialização alternativo mais representativo e tradicional (Darolt *et al.*, 2016).

Ainda, as feiras se caracterizam por seus produtos frescos e coloniais, verduras e legumes plantados e colhidos pelos próprios feirantes, ambiente informal que podem proporcionar o fortalecimento de cadeias curtas de comercialização, venda direta cara a cara, onde a confiança está na relação interpessoal; proximidade espacial, incluindo o que é produzido e distribuído em uma região reconhecida pelos consumidores; e espacialmente estendido, nesse caso, a confiança é transmitida por um processo de garantia da qualidade (certificação) (Renting *et al.*, 2003; Darolt *et al.*, 2016). Nesse mesmo lugar encontrasse

também uma variedade de produtos além de alimentos, comida pronta e o funcionamento matinal.

Esses ambientes de feira têm importância social e cultural, por serem pontos de encontro e convivência da comunidade. Por meio de processos de troca dos saberes, as feiras locais podem cumprir o papel de integrar as famílias do município, dinamizando as economias das pequenas cidades (Silvestre; Ribeiro; Freitas, 2011), e ajudando a escoar a produção de pequenos agricultores e produtores locais e de cidades vizinhas, que tomam a decisão pela entrada na feira em virtude da falta de alternativas de escoamento da produção e pela necessidade de aumentar a renda, já que os ganhos com a comercialização via canais longos estavam cada vez menores.

Outras motivações recorrentes para a entrada nas feiras são a instabilidade de preços e falta de confiança na comercialização com atravessadores e supermercados locais; e possibilidade de vender produtos sazonais e disponíveis em pequena escala, diminuindo as perdas de produtos na propriedade (Verano; Medina, 2020). Ainda, segundo os autores, o sucesso das feiras da agricultura familiar está também relacionado ao aporte de recursos e à execução de projetos que promovam a integração e a qualificação de políticas públicas.

Apesar desses avanços, as mulheres na agricultura familiar enfrentam diversas barreiras, como a falta de acesso à terra, crédito, educação e tecnologia. Mesmo com a falta de incentivos, o público feminino é cada vez mais crescente no mercado de trabalho e vem se tornando mais competitivo (Ibdaiwi; et al., 2022). Além disso, segundo os autores, a inserção da mulher em um espaço que, por muito tempo foi considerado masculino, fez com que a mulher assumisse dois papéis, trabalhando fora de casa e cuidando da casa, sendo sobrecarregada com dupla jornada de trabalho.

Com isso, as mulheres feirantes desempenham um papel fundamental na agricultura familiar, uma vez que, além de serem responsáveis pelo cultivo de seus próprios produtos em terrenos familiares, também atuam na comercialização desses itens nas feiras livres. Elas não apenas realizam o plantio e a colheita, mas também garantem a venda direta ao consumidor, fortalecendo a cadeia produtiva e mantendo a sustentabilidade de suas atividades. Ao combinar a agricultura familiar com a presença ativa nas feiras, essas mulheres asseguram não só a preservação de suas tradições agrícolas, mas também contribuem para o abastecimento local e para o fortalecimento da economia comunitária.

A inserção das mulheres nas feiras livres tensiona também a histórica separação entre esfera pública e privada. Para Hannah Arendt (2007), o espaço privado esteve tradicionalmente vinculado às necessidades da vida e ao âmbito doméstico, enquanto a esfera pública se

configura como o lugar da ação, da palavra e da participação política. Ao ocuparem a feira, as mulheres ultrapassam essa divisão: garantem a reprodução material de suas famílias, mas também constroem um espaço de visibilidade e interação coletiva. A feira, assim, não pode ser compreendida apenas como local de comercialização de produtos, mas como um espaço público em que se afirmam presenças, se constroem vínculos e se exercem práticas que possuem um sentido político, ainda que não institucionalizado.

Segundo o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, na década de 80 as primeiras políticas públicas foram implantadas no Brasil, como o Conselho Estadual da Condição Feminina (1985) na finalidade de assegurar as condições à mulher, visando o exercício pleno de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

Em vista desse cenário, as mulheres camponesas passaram a ter os seus direitos previdenciários no ano de 1988, quando foram implantadas as primeiras políticas públicas. A Constituição Federal prevê a equivalência entre homens e mulheres, e expressa uma série de esforços para realizar a igualdade de gênero na família, no trabalho e na sociedade em geral (Brasil, 1988, art. 5º, caput e inciso I). Homens e mulheres passaram a ter o mesmo direito a aposentadoria, diferente de anteriormente, quando apenas o homem podia receber o valor de meio salário mínimo, e quanto à figura feminina, só era concedido tal benefício após a morte do cônjuge.

Dando continuidade à ampliação dos direitos femininos, no balanço apresentado pela Campanha Nacional de Abastecimento (Conab), no ano de 2019, pôde-se certificar a participação feminina na agricultura familiar cerca de 80% em comparação à masculina. Em pesquisa realizada pelo IBGE, mesmo empregadas, as mulheres ainda dedicam de sete horas e meia a oito horas de seu dia a mais do que os homens para cuidar do lar. A especialista em políticas públicas e gestão governamentais, Natália Fontana, afirmou em uma entrevista para o site da Agência Brasil (2017) que a responsabilidade feminina pelo trabalho de cuidado ainda continua impedindo que muitas mulheres entrem no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, aquelas que entram no mercado continuam respondendo pelas tarefas de cuidado, tarefas domésticas. Isso faz com que tenhamos dupla jornada e sobrecarga de trabalho.

O reconhecimento da profissão de agricultora, não sendo mais visto como trabalho doméstico, teve sua grande carga de importância, pois rompeu com a invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura. Além disto, as mulheres tiveram acesso a sua documentação profissional, sendo amparadas pelo Programa de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário,

que conta com um comitê Gestor Nacional e tem como um de seus membros a Secretaria de Políticas para as mulheres, atendendo de forma gratuita e emitindo os documentos trabalhistas, garantindo assim os direitos básicos. Entre os anos de 2004 e 2009, o Governo Federal realizou 2.000 mutirões itinerantes em municípios onde há uma maior predominância de habitantes rurais, beneficiando em torno de 550 mil mulheres.

As mulheres representam o grupo mais vulnerável ao acesso ao regime da previdência, uma vez que ainda é comum percebermos que mesmo trabalhando diariamente em uma terra, a mesma costuma não pertencer ao casal, e sim apenas ao homem. Na criação do Pronaf Mulher, em 2003, a política pública voltada ao acesso das mulheres a terra busca como objetivo a redução de desigualdade e pobreza, onde passou a valer a obrigatoriedade da titulação da terra conjunta em áreas exploradas por um casal, permitindo assim que a mulher usufrua da renda e benefícios sociais.

Apesar dessas conquistas normativas, apesar dos desafios, as mulheres têm demonstrado grande capacidade e resiliência na agricultura familiar. São responsáveis por grande parte da produção de alimentos, manejo dos recursos naturais e cuidado da família. Sua participação contribui significativamente para a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades rurais. No entanto, o reconhecimento desse protagonismo é relativamente recente e ainda permeado por tensões sociais e institucionais, que evidenciam as vulnerabilidades às quais essas mulheres estão submetidas no meio rural (Carvalho, 2019, p.167).

Diante dessa realidade, reconhecendo a importância do papel das mulheres na agricultura familiar, diversos estudos e iniciativas têm sido desenvolvidos para promover seu empoderamento e o reconhecimento de seus direitos. O objetivo é garantir que as mulheres tenham acesso às mesmas oportunidades que os homens, podendo participar ativamente das decisões sobre a produção e gestão da propriedade familiar, e tenham seus saberes e práticas valorizados.

Ao investir no empoderamento das mulheres na agricultura familiar, pode-se contribuir para o aumento da produtividade e da segurança alimentar, melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e fortalecimento da equidade de gênero no campo.

Paralelamente a isso, se inicialmente a feira estava vinculada a uma transmissão geracional, atualmente ela é vista como uma forma de escape do desemprego e das instabilidades já que “o número de pessoas que procuram na feira uma forma de subsistência econômica aumenta, haja vista a realidade socioeconômica do país” (Sá, 2019, p.52).

A partir dessas mudanças, o termo mulheres rurais ou mulheres do campo é construído enquanto categoria política e social no Brasil de forma atrelada aos movimentos de mulheres que produziam suas existências e trabalhavam no espaço rural e reivindicavam seus direitos de cidadania (Santos; Isaguirre; Vasconcelos, 2022). Esta categoria, portanto, integra características das trabalhadoras rurais, que expressam grande diversidade de mulheres que vivem no meio rural, como mulheres agricultoras e integrantes de comunidades tradicionais (Filipak, 2017, p. 25).

Com a forte presença do patriarcado na sociedade brasileira, a família é concebida como a base da comunidade e, historicamente, é caracterizada por uma divisão sexual do trabalho. Nessa estrutura, ao homem é atribuído o papel de trabalhador, chefe e provedor do lar, enquanto à mulher recai a responsabilidade pelos cuidados da casa e da família — um caminho socialmente naturalizado como consequência do casamento e da maternidade. Essa organização hierárquica dos papéis de gênero também revela e aprofunda as diferenças entre as classes sociais, a ponto de o pensamento social não hesitar em reconhecer “a existência de uma séria perturbação ou problema social” (Nascimento, 2011, p. 34). Tal configuração dialoga com a perspectiva de Joan Scott (2019), para quem o gênero opera como uma forma primária de significar relações de poder, estruturando desigualdades e atribuindo sentidos sociais às diferenças entre homens e mulheres.

Posto isto, à mulher é destinado o trabalho doméstico não pago e, quanto à atividade remunerada, embora seja um trabalho produtivo, com frequência obtém menor remuneração, funções ligadas às atividades de cuidado, a desvalorização, além de enfrentar dificuldade de ascensão profissional. Como observa Simone de Beauvoir (2016), essa divisão sexual do trabalho não é natural, mas resultante de uma construção histórica que subordinou as mulheres ao espaço doméstico e lhes atribuiu funções consideradas menores, reforçando desigualdades que ainda moldam a participação feminina no mundo do trabalho.

Em razão disso, a grande dificuldade para o acesso aos direitos das mulheres está relacionada ao fato de que muitas das atividades realizadas por elas não são consideradas trabalho (Gonçalves, 2020, p. 8). Além disso, no caso específico das mulheres camponesas soma-se a prática de não serem as titulares dos direitos relacionados à terra, o que as mantém em uma condição de invisibilidade para o Direito do Estado Moderno Brasileiro (Souza Filho, 2016, p. 13).

Nas diversas formas de organização do trabalho no campo, as mulheres estavam e estão presentes, seja nas grandes lavouras ou ainda no cultivo de pequenas hortas, na criação de animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, além da produção de diversos itens para

consumo, como a farinha. Além de exercer tais atividades, recai ainda sobre as mulheres amazônicas, diversas funções, dentre elas, “o cuidado com os filhos, da casa, da manutenção dos equipamentos da pesca, e também de uma pesca realizada em pequena escala nos rios e igarapés” (Silva; Simonian, 2006, p. 8).

No entanto, afora os espaços produtivos, as mulheres também participam das atividades de comercialização dos produtos, seja em feiras livres ou pequenos comércios. Apesar dessa presença ampla, seu trabalho frequentemente não é reconhecido como atividade produtiva central, sendo socialmente desvalorizado ou mesmo invisibilizado. Trata-se, muitas vezes, de um trabalho considerado secundário ou de menor relevância econômica, o que contribui para sua deslegitimação no interior das relações sociais e produtivas.

Nesse contexto, ainda se percebe a invisibilidade dessa força de trabalho, frequentemente compreendida como uma ajuda ou um simples complemento ao trabalho masculino, o que acaba por ocultar o protagonismo feminino. Fica evidente, assim, que persistem diversas lacunas, seja pelo machismo ainda predominante na sociedade, pelo excesso de atividades atribuídas às mulheres ou, principalmente, pela ausência de políticas públicas que possam estimular e reconhecer sua participação (Ibdaiwi et al., 2022).

Em 1986, a partir da atuação de organizações ligadas a linhas libertárias da Igreja Católica, de Organizações não Governamentais - ONGs e de militantes de sindicatos de trabalhadores rurais, foram criados o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Nos anos seguintes foram criados Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais nos diversos estados do país (Filipak, 2017, p. 97). No ano de 1997 são incluídos os primeiros cursos de formação política e de gênero da organização, e em 1999 são formalizados os primeiros debates acerca das questões da participação das mulheres rurais na produção e na política do movimento social (Sales, 2007).

No ano 2000, durante o Encontro Nacional do MST foi criado o Setor de Gênero na organização em âmbito nacional. Em 2005, com a organização das mulheres na Marcha Nacional do MST houve a conquista da reivindicação de que o cadastro de terras nos assentamentos de Reforma Agrária fosse alterado para que tanto os homens quanto as mulheres pudessem constar como titulares (Campos, 2003, p. 10-12).

Ao longo das últimas décadas as mulheres têm ocupado e ampliado sua presença no mundo do trabalho, seja no mercado formal ou informal, desenvolvendo diversas atividades. Um balanço apresentado no ano de 2019, pela CONAFER – Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais –, destaca que a presença

feminina na agricultura familiar brasileira é muito maior do que se imagina. De acordo com os dados do PPA – Programa de Aquisição de Alimentos -, 80% em 2019 era de participação das mulheres, enquanto 20% de participação masculina. O relatório indica ainda que a maior participação feminina é no Sudeste (88%), seguida pelo Nordeste (84%), Centro-Oeste (80%), Norte (67%) e Sul (65%) (Conafer, 2020). No ano de 2023, com a retomada do PPA, dos 81 mil produtores familiares da agricultura registrados no programa, 50.153 eram mulheres. O aumento foi observado em 23 unidades da Federação e no Distrito Federal. Os cinco estados com o maior número de mulheres fornecedoras foram Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Alagoas e Pará.

Além da presença das mulheres no plantio e colheita dos produtos sua participação vai além da venda dos produtos, pois elas também estabelecem relações diretas com os consumidores, criando vínculos de confiança e garantindo a oferta de produtos frescos e de qualidade. Sua participação é fundamental para a economia local, uma vez que movimentam o comércio e contribuem para a geração de renda familiar.

No entanto, mulheres feirantes enfrentam diversas pressões em razão ao caráter autônomo e informal de sua ocupação, pela inconstante renda mensal e familiar, pois o sexo feminino acaba exercendo dupla e tripla jornada a de ser uma feirante, se deslocando até a feira para a venda de seus produtos e ainda tendo que cuidar de si e de sua família (Santos, 2019).

Nesse contexto, as vivências das feirantes e suas peculiaridades nos cotidianos são assimiladas por percepções de análise dos vínculos com seus produtos e suas barracas, observando como isso os sentidos revelados (Cardoso; Ferreira, 2023). Portanto, ao observar esses vínculos, é possível perceber os significados e sentimentos envolvidos na sua atividade, como pertencimento e dedicação.

Além disso, feirantes têm suas experiências passadas tanto para outra geração quanto para outros feirantes, ocorrendo assim a troca de saberes ancestrais (Cardoso; Ferreira, 2023). Esse compartilhamento de conhecimento acontece de forma oral e prática, sendo transmitido no dia a dia da feira por meio de conversas, observações e ensinamentos sobre o cultivo, a colheita, a seleção dos produtos e as melhores formas de comercialização. Adicionalmente, a experiência acumulada ao longo dos anos permite que técnicas tradicionais sejam preservadas e adaptadas às novas realidades do mercado. Esse processo fortalece não apenas a identidade cultural das feirantes, mas também contribui para a continuidade da agricultura familiar e para a manutenção de um comércio mais sustentável e humanizado, onde a experiência dos mais antigos orienta e inspira as novas gerações.

Por fim, o protagonismo feminino revela mudanças em relação às conquistas dos espaços. Fazer uma análise cotidiana da presença das mulheres na feira incorpora identificação e inter-relações no aspecto de cultura, economia e realidade social (Cardoso; Ferreira, 2023).

Dessa forma, ao evidenciar as trajetórias, desafios e conquistas das mulheres nas feiras livres, é possível compreender como elas ressignificam espaços historicamente marcados por desigualdades de gênero, assumindo papéis de resistência e liderança no campo e na cidade. No entanto, para além das dimensões econômicas e políticas, é necessário observar como essas mulheres constroem suas identidades e relações no cotidiano das feiras, revelando práticas de dissidência, solidariedade e pertencimento. A próxima seção se debruça sobre essas experiências vividas, trazendo à tona as vozes femininas que, em suas singularidades, expressam formas de resistência cultural e modos próprios de ocupar e transformar os espaços das feiras livres.

2.3 Resistência e Dissidências: Vozes Femininas nas Feiras Livres

As feiras livres, frequentemente compreendidas como espaços de informalidade e precariedade, também são territórios vivos de resistência e produção de sentidos. A posição da feira livre no comércio varejista de alimentos *in natura* mudou significativamente com a crescente instalação de super e hipermercados (Sato, 2007). Nelas, mulheres constroem cotidianamente práticas de enfrentamento às múltiplas opressões que atravessam seus corpos, trajetórias e modos de vida. Essa condição de invisibilidade e inferioridade do trabalho feminino decorre da formação histórica do Brasil, norteadas pelo patriarcalismo, o qual estabeleceu condições díspares entre homens e mulheres (Azevedo, 2012). Resistir, nesse contexto, não se limita a grandes atos ou movimentos organizados, mas se manifesta em ações sutis e potentes que desafiam as normas sociais, de gênero e econômicas impostas historicamente.

Nesse sentido, a perspectiva de James Scott (1979) contribui de forma significativa para a compreensão das dimensões da resistência cotidiana. Com base em seu trabalho de campo, o autor formula uma crítica vigorosa à noção de hegemonia total, argumentando que toda forma de resistência — mesmo as mais organizadas — carrega um componente egoísta, voltado à melhoria das condições dos próprios participantes. De forma complementar, essas práticas, geralmente discretas, de pequena escala e frequentemente individuais, constituem o que Scott denomina resistência cotidiana: um conjunto de ações silenciosas, porém sustentadas, que são tacitamente incentivadas e organizadas pela cultura dos subalternos. Segundo o autor, essa forma contínua de resistência impõe limites ao poder dos dominantes, frustra suas ambições e, ao longo do tempo, pode transformar as estruturas de dominação tanto quanto, ou até mais que,

os movimentos sociais formais. Especialmente entre grupos submetidos à sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana surge como a estratégia mais eficaz nessa guerra sem fim. Além disso, Scott defende que essa resistência prosaica, material e simbólica, mantém viva uma cultura oposicionista, ou até uma contra-ideologia que pode emergir publicamente nos raros momentos em que a repressão cotidiana é suspensa.

Nesse campo de reflexão, Michel de Certeau (1994) oferece importantes contribuições ao discutir o conceito de “cotidiano ordinário”, entendido como o espaço das práticas diárias em que sujeitos comuns, homens e mulheres, negociam, resistem e se reorganizam diante das normas, regras e estruturas de poder. É nesse cotidiano que surgem as formas sutis de resistência e de gestão da própria vida, muitas vezes invisíveis às instâncias institucionais, mas fundamentais para a manutenção da autonomia e da agência dos indivíduos. A partir desse conceito, este estudo propõe o entendimento de “gestão ordinária” como a capacidade das feirantes de organizar e administrar seu trabalho, suas relações sociais e estratégias de sobrevivência na feira, enfrentando desafios estruturais e desigualdades históricas. Assim, ao investigar essas práticas, compreendemos como o poder se manifesta de modo transversal e cotidiano, formando uma rede complexa de relações, e como as mulheres constroem modos de resistir, negociar e afirmar sua autonomia (Foucault, 1992; Teixeira, 2015).

Em consonância com isso, para Michel de Certeau, as práticas cotidianas seguem itinerários diferentes uns dos outros e devemos encontrar, entre essas práticas, conexões, pois as práticas não compõem, em si, um sistema, mas organizam trânsitos mútuos nesses itinerários. O autor ainda explana que a questão das práticas cotidianas é uma tentativa de interpretação, pois se busca “[...] pelo consumidor que no próprio ato do consumo utiliza para fins próprios uma norma que lhe é objetivamente imposta” (Certeau, 1985, p. 6). A partir dessa perspectiva, o teórico ressalta três aspectos das práticas: [...] um caráter estético na medida em que se trata de uma arte de fazer. [...] Isto é, que não se traduz num discurso, mas, sim, em um ato. [...] um caráter ético que é a recusa à identificação com a ordem ou com a lei dos fatos [...] e um caráter polêmico em que todas as práticas se inscrevem como intervenções em um conflito permanente, em uma relação de força [...] constitui sempre uma arte de pessoas fracas tendo em vista reencontrar, através da utilização das forças existentes, um meio de se defender ante uma posição mais forte (Certeau, 1985, pp. 7 e 8).

Essas práticas cotidianas de resistência tornam-se ainda mais expressivas quando observamos as dinâmicas das mulheres nas feiras livres. Para as mulheres, o sistema capitalista pode ser considerado opressor no que concerne à divisão do trabalho, à participação política, ao controle sobre os seus corpos etc. Essa estrutura hierárquica patriarcal separa o domínio dos

meios de produção dos trabalhadores, alienando seu trabalho e, além disso, fragmenta o espaço doméstico e o de produção, o que criou um padrão no qual o único esforço que merece ser chamado de trabalho produtivo é aquele que é transformado em salário (Kempf; Wedig, 2019).

Em diálogo com Hannah Arendt (2007), é possível compreender a feira como um espaço público em que as mulheres exercem a ação política no sentido mais elementar: ao se reunirem, partilharem experiências e organizarem estratégias de sobrevivência, elas revelam sua pluralidade e produzem poder de forma coletiva. Para Arendt, a ação é a atividade que corresponde à condição humana da pluralidade, pois é entre os homens e mulheres que a política se realiza. Assim, a presença feminina nas feiras livres não se limita ao âmbito econômico, mas assume também um caráter político de resistência e participação, uma vez que sua prática cotidiana assegura visibilidade e liberdade no espaço público, desafiando hierarquias de gênero historicamente estabelecidas.

Considerando que historicamente a sociedade tenha se caracterizado como predominantemente machista, ganhar destaque profissional sempre foi muito difícil para as mulheres, pois além de todos os preconceitos quanto a sua capacidade no trabalho, ainda tinham que lidar com as comparações com o gênero masculino. A reivindicação das mulheres por oportunidades iguais no mercado de trabalho, por melhores salários e, acima de tudo, por respeito, é antiga, mas ainda não totalmente alcançada devido à herança de um sistema patriarcal, no qual a mulher é naturalmente caracterizada por enfrentar dificuldades para trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro (Ibdaiwi; et al., 2022).

Contudo, mesmo em meio à precarização do trabalho, à instabilidade econômica e à ausência de políticas públicas voltadas para esse setor, essas mulheres constroem formas singulares de se manter e se afirmar nesses espaços. São elas que, diariamente, montam suas bancas antes do nascer do sol, equilibram as tarefas do trabalho com o cuidado dos filhos, negociam com fornecedores e clientes, administram os ganhos, e ainda encontram tempo e energia para compartilhar saberes e afetos com outras feirantes.

Tais práticas, muitas vezes invisibilizadas ou consideradas apenas “parte da rotina”, são, na verdade, expressões concretas de dissidência em relação às normas dominantes de gênero e trabalho. Ao ocuparem o espaço público da feira, essas mulheres desafiam a lógica patriarcal que tradicionalmente as confinaria ao espaço doméstico. Ao gerirem seus próprios comércios, mesmo que em estruturas improvisadas, constroem trajetórias de autonomia econômica e subjetiva, recusando-se a ocupar apenas os papéis sociais que lhes foram historicamente atribuídos.

No entanto, essa autonomia conquistada no espaço da feira não elimina completamente as tensões existentes dentro da estrutura familiar. Como aponta Chayanov (1974), nas formas de organização do trabalho familiar, as rendas são, em teoria, compartilhadas entre os membros, mas, na prática, permanecem sob o controle do chefe de família — geralmente o pai ou marido. Assim, mesmo que as mulheres contribuam significativamente para o sustento do lar, muitas vezes continuam a ter seu trabalho desvalorizado e sua renda controlada por figuras masculinas da família, revelando os limites da autonomia feminina dentro de um sistema patriarcal ainda operante.

Falas coletadas em estudos sobre feirantes em diferentes regiões do Brasil também evidenciam esse processo. Em uma pesquisa com mulheres feirantes na Zona da Mata Mineira (MG), uma entrevistada afirmou: *“A gente cobrou assim que fossem as famílias, que não só os homens fossem para as feiras. Vamos fazer a feira sim, mas que as mulheres venham também.”* (Varanda, 2019, p. 141). Esse depoimento ilustra como o espaço da feira é, para muitas mulheres, um local de pertencimento, resistência e produção de sentidos.

Além disso, o exercício da memória individual e coletiva pelas feirantes é também um ato político. Ao contarem suas histórias, essas mulheres constroem narrativas que desafiam a invisibilidade a que foram historicamente relegadas. Suas vozes ressoam contra a marginalização, reivindicando reconhecimento, dignidade e pertencimento. Como afirma Joan Scott (1999), a experiência é, por si só, um campo de disputa e produção de significado. Nesse sentido, narrar a própria experiência é afirmar-se como sujeito histórico, como alguém cuja trajetória importa e tem valor.

Portanto, as feiras livres, longe de serem apenas espaços de comércio informal, constituem-se como territórios de produção simbólica, de resistência cotidiana e de construção de dissidências. As práticas das mulheres que ali atuam mostram que resistir não é apenas dizer “não”, mas é também criar, reinventar, sobreviver — e, sobretudo, existir de forma plena em meio às contradições da vida social. Como afirma Varanda (2019, p. 142), “a realização dessas atividades é reveladora de outros sentidos para a organização material da vida que, em sua essência, se diferencia da racionalidade mercantil capitalista.” Nesse contexto, as mulheres constroem, nas feiras, estratégias próprias de enfrentamento às desigualdades e de afirmação de outras formas de existência.

Como evidencia Andrade (2017), as mulheres que atuam na Feira da Sulanca de Caruaru enfrentam diariamente condições de vulnerabilidade, sendo responsáveis tanto pela produção quanto pela comercialização de seus produtos, além das tarefas domésticas e dos cuidados com a família. Muitas delas iniciaram sua trajetória sem acesso à educação formal ou qualificação

profissional, e ainda assim constroem estratégias de sobrevivência em um ambiente marcado pela informalidade, pela invisibilidade política e pela ausência de direitos trabalhistas. A autora ressalta que essas trabalhadoras, embora não ocupem espaços formais de decisão, desempenham papel fundamental na sustentação econômica de suas famílias e da própria feira, desafiando o lugar historicamente secundário que lhes foi imposto. Como afirma uma das entrevistadas: *“A gente trabalha pra ajudar em casa, né? Não é fácil, mas não tem outro jeito. É trabalhar aqui e cuidar das coisas de casa também”* (Andrade, 2017, p. 49).

Assim, ao observar as práticas cotidianas das mulheres nas feiras livres, percebe-se que essas ações, por mais rotineiras ou “simples” que pareçam, são carregadas de significados políticos, éticos e estéticos. São formas de driblar a precariedade, de se manter economicamente ativa, de criar redes de apoio, e de afirmar sua presença em um espaço historicamente masculinizado.

As falas das mulheres feirantes evidenciam estratégias de resistência que vão desde a ocupação do espaço público até a autogestão de seus negócios. Muitas relatam que começaram a trabalhar na feira por necessidade, mas transformaram essa vivência em um espaço de autonomia e afirmação de suas identidades. Nesse contexto, ainda que marcadas por processos de invisibilidade social e pela ausência de políticas públicas que as reconheçam como trabalhadoras, essas mulheres constroem, cotidianamente, formas de enfrentamento e de produção de sentido. Como destaca Cardoso e Ferreira (2023), “o território no qual perpassam todas essas violências também é o ambiente de trabalho exercido pela mulher feirante, havendo, nesse sentido, uma singularidade sobre como suas experiências são sentidas e vivenciadas”. A feira, portanto, se constitui como um espaço ambíguo — de precarização, mas também de pertencimento, herança matriarcal e afirmação sociocultural. Essa ambiguidade é justamente o que revela a potência da resistência feminina nas feiras livres.

Ao narrarem suas memórias, as mulheres constroem versões de si mesmas que desafiam os discursos de subalternidade. Suas falas não apenas recordam o passado, mas o reinterpretem, afirmando trajetórias marcadas por luta, criatividade e força. Nesse processo, o trabalho na feira se entrelaça com as histórias familiares e saberes ancestrais, revelando uma dimensão cultural e afetiva que sustenta suas existências. Em uma pesquisa realizada por Rocha e Vargas (2020) com mulheres feirantes da cidade de Euclides da Cunha, no sertão baiano, Maria de Lurdes, de 67 anos, compartilhou: *“Quem ensinou nós a fazer [as louças de barro] foi minha vó que passou pra minha mãe, morreu aí ficou nois. Aí agora eu ensinei, aí elas [as filhas] tudo tão fazendo. Aí minha mãe morreu, aí deixou eu fazendo. Só foi o que eu dei pra meus filhos. A minha mãe morreu, mas deixou o que nois fazer”* (Rocha; Vargas, 2020, p. 267). Em outro momento, Maria

do Carmo, de 63 anos, evidenciou os vínculos afetivos criados no cotidiano da feira: “Comecei lá na outra feira, lá sentada nas calçadas debaixo dos pau mais dona Maria. É de lá que nós somos amigas e tamo aqui até hoje. Oxe quando uma não vem sente falta da outra” (Rocha; Vargas, 2020, p. 267).

Essas falas, colhidas em contextos etnográficos distintos do meu campo de pesquisa, reforçam que a feira ultrapassa a dimensão estritamente comercial, configurando-se como um espaço onde se entrelaçam memórias, vínculos afetivos e práticas cotidianas que sustentam modos de vida. Como será aprofundado adiante, a feira emerge como um território marcado por relações de pertencimento e formas de resistência, construídas tanto pela experiência compartilhada quanto pela circulação de saberes familiares e comunitários. Nesse sentido, as narrativas das feirantes revelam que a feira não apenas garante renda, mas conserva histórias, fortalece laços e atualiza estratégias de enfrentamento às desigualdades.

Dessa forma, as feiras livres revelam-se como territórios nos quais as mulheres exercem formas cotidianas de resistência e reinscrição simbólica de si mesmas, subvertendo, ainda que parcialmente, as hierarquias de gênero e as imposições do sistema capitalista. Ao ocuparem esses espaços com seus corpos, saberes e histórias, elas constroem trajetórias marcadas por autonomia, afetividade e enfrentamento às desigualdades.

No próximo capítulo, voltaremos nosso olhar à Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA, buscando compreender como essas formas de resistência se manifestam nas experiências concretas das mulheres que a compõem.

3 CONSTRUÇÃO, EVOLUÇÃO E TRABALHO FEMININO NA FEIRA DE CASTANHAL

Este capítulo se dedica a analisar a Feira do Produtor Rural de Castanhal, no estado do Pará, a partir de uma perspectiva centrada nas vivências e memórias das mulheres que nela atuam. Ao considerar a feira como um espaço plural de trocas econômicas, culturais e simbólicas, busca-se compreender como a presença feminina nesse ambiente revela tensões, resistências e estratégias de sobrevivência diante de um cenário marcado por desigualdades de gênero. A escolha por esse espaço se justifica pela relevância histórica e social que a feira ocupa na dinâmica local, além de ser o palco onde se desenrolam histórias de trabalho, pertencimento e luta por reconhecimento.

A abordagem proposta neste capítulo dialoga diretamente com o objetivo geral da pesquisa, que é analisar as narrativas das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal, evidenciando os desafios enfrentados a partir de suas memórias e dissidências. Assim, a seção seguinte tratará das origens e transformações da feira, contextualizando sua criação e evolução ao longo do tempo, enquanto a seção subsequente se voltará para as experiências de trabalho das mulheres, permitindo descrever suas trajetórias, identificar os obstáculos e as potencialidades que encontram, e compreender como constroem suas identidades a partir de seus lugares de fala. Ao lançar luz sobre essas vozes, este capítulo pretende contribuir para o reconhecimento do protagonismo feminino em espaços historicamente marginalizados, fortalecendo o diálogo entre gênero, trabalho e memória social.

3.1 A Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA: Origens e Transformações

No Brasil, a feira é uma modalidade do mercado varejista, geralmente de frequência semanal, voltada para a distribuição de alimentos. Trata-se de um canal curto de comercialização, de grande relevância para os municípios (Verano; Medina, 2021).

Nesse sentido, conforme descrito por Sá (2019, p. 44), a feira constitui um lócus de atividades econômicas, culturais e sociais para descendentes e remanescentes do meio rural; desempregados dos centros urbanos regionais; nordestinos que migraram e retornaram das grandes metrópoles, principalmente São Paulo; pequenos, médios e, em menor escala — porém com maior influência — grandes empresários; além de famílias que atuam em um mesmo negócio ou em diversos pequenos comércios, podendo estar lado a lado ou espalhados por outros setores e feiras da cidade. Trata-se, portanto, de um espaço que configura as “franjas”

do capitalismo moderno, sendo crucial em diversos aspectos para a continuidade dinâmica de seu funcionamento contemporâneo.

Além disso, as feiras livres não se limitam à compra e venda de alimentos: elas são espaços de confiança, de trocas simbólicas e de construção de vínculos. Muitos consumidores as procuram em busca de alimentos considerados mais saudáveis e com menor uso de agrotóxicos (Verano; Medina, 2021). Essa proximidade entre produtores e clientes fortalece a credibilidade dos feirantes, pois os consumidores conhecem a procedência dos produtos e confiam na qualidade ofertada. Estudos sobre cadeias curtas de alimentos orgânicos indicam que essa relação é sustentada pela confiança, lealdade e trocas de informações (Dias et al., 2017). Assim, as feiras livres promovem a alimentação saudável, a valorização da produção local e a segurança alimentar das comunidades.

Figura 2 e 3: Interações entre feirante e consumidores na Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Acervo da autora (2026).

Partindo para o caso específico desta pesquisa, a Feira do Produtor Rural de Castanhal² (AFEPRUC) está localizada na cidade de Castanhal, no nordeste do estado do Pará, a aproximadamente 68 km da capital, Belém. O município é formado por vários bairros e agrovilas, muitos dos quais se dedicam à produção agrícola que abastece a feira. Uma rápida visita à AFEPRUC revela a diversidade de produtos comercializados — hortaliças, frutas, aves, farinha, gomas de tapioca e até flores — bem como o intenso movimento de trabalhadores e trabalhadoras em suas bancas.

² Doravante, utilizaremos a sigla AFEPRUC para referir-nos à Feira do Produtor Rural de Castanhal.

Figura 4: Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Agência Pará (2021).

Em um banner exposto na secretaria da feira, conseguimos ter a informação de que a criação da AFEPRUC respondeu à necessidade dos produtores rurais de Castanhal e de municípios vizinhos de contar com um espaço apropriado para a comercialização de seus produtos. Mais do que uma simples informação, esse material se configura como uma fonte relevante para a compreensão da história da feira, sobretudo diante da escassez de registros documentais sobre sua origem.

Ao estar publicamente exposto, o banner não apenas informa, mas também expressa a forma como a própria feira constrói e divulga sua trajetória, evidenciando uma memória institucional que busca legitimar sua importância social e econômica no município. Nesse sentido, trata-se de uma narrativa produzida pelos próprios sujeitos envolvidos com a feira, revelando não apenas fatos, mas também as interpretações e significados atribuídos a essa experiência coletiva.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA) elaborou e coordenou o projeto de implantação da feira, iniciado no primeiro semestre de 1984, em seu escritório local. Na etapa inicial, segundo o banner, realizaram-se reuniões com autoridades municipais e com os próprios produtores rurais em suas comunidades, para apresentar e aprimorar as ações do projeto. Após o preenchimento dos cadastros dos agricultores, foi feito um levantamento dos produtos hortifrutigranjeiros manejados nas propriedades dos sócios e comercializados na feira, que contava inicialmente com 28 produtores associados. Desde o

início, participaram da feira agricultores não apenas de Castanhal, mas também de municípios próximos como São Francisco do Pará, Inhangapi e Santa Isabel.

Como parte do processo de implementação, no banner consta que a capacitação dos produtores incluiu treinamentos, reuniões e encontros voltados ao entendimento do funcionamento da feira e das atividades associativas. As visitas às comunidades continuaram com o objetivo de orientar os trabalhadores quanto à dinâmica da associação e suas práticas produtivas.

Após essa etapa inicial, a feira foi inicialmente inaugurada em 25 de julho de 1984. Desde então, ela funciona regularmente de quarta-feira a sábado, em um espaço cedido pela prefeitura de Castanhal, conhecido como Praça do Produtor Rural.

Na sequência, foi formada uma comissão de representantes das comunidades, com o intuito de representar a categoria dos pequenos produtores e elaborar o estatuto da associação. De acordo com a Ata de Fundação, vinte representantes reuniram-se com essa finalidade, sob coordenação de Rosemiro Justino de Lima, agricultor da comunidade de Transcastanhal, e com a secretaria exercida por Francisco Ronaldo Cosme Leal, da comunidade do Areial. Técnicos da EMATER também estiveram presentes, ressaltando a importância da participação ativa dos produtores para o fortalecimento da associação.

Segundo a ata de fundação da associação, como resultado dessas articulações, em 30 de novembro de 1987, após votação entre os participantes, definiu-se o nome da entidade: Associação Feira do Produtor Rural de Castanhal (AFEPRUC). Em seguida, realizou-se uma assembleia geral com os produtores, que aprovou oficialmente o estatuto da associação. Atualmente, a AFEPRUC conta com 186 agricultores associados.

Entretanto, a memória institucional da feira encontra-se bastante fragilizada. Conforme relatado por integrantes da diretoria em 2019, uma forte chuva provocou o desabamento do telhado da sala da secretaria, onde estavam guardados documentos importantes sobre a história da feira e da associação. Com a inundação do espaço, grande parte do acervo documental foi perdida, restando apenas um banner institucional e a ata de fundação da AFEPRUC como registros formais da trajetória da entidade. O restante da história permanece preservado apenas nas lembranças e narrativas orais dos seus participantes, o que reforça ainda mais a relevância desta pesquisa como forma de registrar, valorizar e dar visibilidade às vozes e vivências daqueles que constroem diariamente esse espaço de resistência.

Ainda segundo o banner, anos mais tarde, a diretoria da AFEPRUC conduziu um novo projeto, cujo objetivo principal era garantir um espaço mais adequado para a realização da feira. Com apoio da CEASA, foi aprovado o projeto de liberação de recursos para a compra de um

terreno e a construção de um galpão. Em novembro de 1990, foi inaugurado o Mercado do Produtor Rural de Castanhal, com a presença do então governador do estado, Dr. Hélio Gueiros, e outras autoridades.

A composição da diretoria, marcada pela presença minoritária de mulheres em cargos de liderança, suscita uma reflexão crítica sobre as relações de gênero que atravessam a organização da feira. Embora as mulheres constituam parte fundamental do funcionamento cotidiano da AFEPRUC, sua sub-representação nos espaços decisórios revela a persistência de desigualdades historicamente construídas, nas quais a autoridade e o poder institucional tendem a ser associados ao masculino. Tal cenário dialoga com as narrativas das feirantes entrevistadas, que, apesar de desempenharem papéis centrais na produção, comercialização e manutenção da feira, nem sempre ocupam posições formais de liderança, evidenciando um descompasso entre a presença feminina no trabalho cotidiano e sua visibilidade nos espaços de decisão.

Quanto à manutenção da feira, sua sustentação depende exclusivamente das contribuições financeiras dos próprios feirantes. Atualmente, a Feira do Produtor Rural funciona sem nenhum tipo de patrocínio externo, abrindo às quartas, quintas, sextas e sábados. A receita da associação provém de uma mensalidade paga por cada feirante no valor de 29 reais. Em caso de atraso, essa taxa é acrescida, passando para 30 reais. Além disso, para o uso diário das bancas, é cobrado um valor de 10 reais por agricultor. Essa estrutura de autogestão revela tanto a autonomia quanto os desafios enfrentados pelos feirantes, que precisam manter o funcionamento do espaço mesmo diante da ausência de apoio público efetivo.

A atuação das mulheres na AFEPRUC é marcante e historicamente consolidada. Desde os primeiros anos de funcionamento da feira, elas estão presentes em diferentes etapas do processo produtivo, desempenhando atividades que vão desde a produção agrícola até a comercialização direta dos produtos.

Essa presença pode ser observada no cotidiano da feira, conforme ilustrado na Figura 5.

Figura 5: Mulheres feirantes em atividade de comercialização na Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Acervo da autora (2026).

Muitas dessas mulheres não apenas garantem o sustento de suas famílias por meio do trabalho na feira, como também desempenham papéis centrais na organização das bancas, na fidelização da clientela e na reprodução de saberes tradicionais relacionados à terra e à alimentação. Essa presença constante, embora nem sempre reconhecida oficialmente, revela a força do trabalho feminino em espaços popularmente associados à agricultura familiar. No entanto, essa expressiva presença feminina no cotidiano da feira não se reflete, na mesma medida, nos espaços formais de decisão, uma vez que, entre os sete membros da atual diretoria da AFEPRUC, apenas duas mulheres ocupam cargos de liderança. Esse protagonismo dialoga com as discussões sobre relações de gênero apresentadas anteriormente, mostrando como as mulheres ocupam e ressignificam espaços historicamente marcados por desigualdades, afirmando práticas e saberes que desafiam leituras tradicionais sobre o trabalho feminino.

A próxima seção abordará com mais profundidade as experiências e narrativas dessas mulheres, evidenciando como constroem suas identidades, enfrentam os desafios da informalidade e resistem às desigualdades de gênero em meio ao cotidiano da feira.

3.2 Experiências de Trabalho das Mulheres Feirantes em Castanhal

As experiências de trabalho das mulheres feirantes da AFEPRUC, protagonistas na sustentação econômica e social da feira, revelam trajetórias marcadas por resistência, cuidado,

afeto e organização coletiva. A escuta atenta das narrativas permite perceber como o trabalho desenvolvido por essas mulheres ultrapassa os limites da atividade comercial e se inscreve como prática política e de pertencimento.

Nesse sentido, a história de uma das entrevistadas, Joana (nome fictício), mulher feirante de 69 anos, com mais de 40 anos de atuação na feira, ilustra de modo significativo essas dimensões. Seu ingresso na atividade feirante não ocorreu de forma planejada, mas como resposta direta à necessidade de escoamento da produção agrícola:

*“Foi uma necessidade que a gente tinha [...] eu trabalhava na calçada da feira coberta ali, na Ceasa. [...] Deu sete horas, tinha que jogar fora [...] Aí eu subi em uma caixa e fiz tipo um protesto [...] foi surgido, junto com a Endu e a Prefeitura de Castanhal, a Feira do Agricultor.”*³

Este relato evidencia que a criação da feira resultou de uma ação direta, atravessada por indignação, luta e articulação política. Joana protagonizou esse momento, sendo reconhecida por sua liderança e por ter levado sua reivindicação diretamente a um coordenador da EMATER, o que motivou o surgimento da AFEPRUC em 1984.

Em diálogo com Michel de Certeau (1985), observa-se que o cotidiano, mesmo nos espaços aparentemente ordinários e regulamentados, como a feira, pode se transformar em um espaço de invenção e resistência. Para Certeau, as práticas cotidianas das pessoas comuns — como o protesto de Joana — são formas táticas de subverter ou reinterpretar normas institucionais, revelando criatividade e agência em ações que parecem pequenas, mas têm impacto social e político significativo.

Complementando essa perspectiva, para James Scott (1979), as formas de resistência não se resumem a movimentos organizados e visíveis, mas se expressam também em ações silenciosas, individuais, cotidianas — como o protesto da feirante.

No que diz respeito à rotina de trabalho, as entrevistadas revelam diferentes formas de divisão de tarefas. Joana, com longa trajetória na feira, descreve uma jornada intensa que envolve desde a colheita dos produtos até a comercialização:

*“Eu vendo sozinha. Eu colho praticamente só. [...] A colheita é minha. Os cuidados com o produto são meus.”*⁴

³ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 1.

⁴ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 2.

Marina (nome fictício), por sua vez, relatou que sua participação individual se concentra apenas na venda dos produtos, diferentemente de Joana, que acumula também o processo de colheita.

Essas falas evidenciam a dimensão de trabalho individualizado e intenso, que combina responsabilidade, conhecimento técnico e cuidado com a produção, reforçando a importância da atuação feminina na manutenção da feira e na construção de sua autonomia.

Ainda que compartilhe algumas tarefas com seus respectivos marido, é evidente a centralidade de Joana em todo o processo produtivo, o que rompe com a lógica patriarcal que tende a invisibilizar o protagonismo feminino no espaço rural. Ao comentar sobre as interações no ambiente da feira, Joana ressalta:

*“Aqui é uma família. [...] A gente conversa com um, conversa com outro [...] É uma troca. É muito gratificante.”*⁵

Esse relato evidencia que a feira não é apenas um local de comercialização, mas também um espaço de autonomia, sociabilidade e construção de vínculos afetivos. A relação próxima com clientes e colegas reforça a dimensão de cuidado, memória compartilhada e pertencimento social. Em diálogo com Joan Scott (1995), observa-se que as relações de gênero se manifestam e se inscrevem na vida social por meio dessas experiências cotidianas, que são constantemente reinterpretadas. É nesse contexto que as mulheres, como Joana, afirmam sua presença, seu protagonismo e sua história dentro do espaço feirante.

No que se refere a sua experiência como liderança, Joana relata ter sido presidente da feira por duas vezes, além de ocupar outros cargos na diretoria por mais de 30 anos. Sua fala evidencia o grau de envolvimento e sacrifício exigido por esse tipo de atuação:

*“Já chorei muito, já dei muito sangue por aqui. Passei muita fome. [...] A feira era muito carente financeiramente. Hoje já está melhor.”*⁶

Esse relato evidencia como a trajetória da feira se entrelaça com a trajetória de vida de suas participantes, mostrando que o fazer político na feira se constrói também a partir do corpo e do cotidiano. A fala de Joana revela o papel central das mulheres na administração e manutenção da feira, mesmo em um contexto histórico em que elas foram tradicionalmente excluídas dos espaços formais de poder, reafirmando a importância do protagonismo feminino e da atuação coletiva para a construção de autonomia e transformação social.

⁵ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 2.

⁶ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 3.

No tocante às desigualdades de gênero, embora Joana reconheça que atualmente não sente distinção no tratamento entre homens e mulheres dentro da feira, ela recorda situações vividas no passado em que o fato de ser mulher foi determinante para sofrer ameaças:

“Eu era presidente da feira [...] Aí ele disse pra mim que ia me dar uma facada. [...] Se eu fosse homem, ele não teria dito aquilo.”⁷

Esse relato evidencia que a presença feminina em posições de liderança ainda provocava incômodo e podia gerar reações violentas. Ao mesmo tempo, Joana destaca a importância do apoio coletivo das demais feirantes e colegas, mostrando que as redes de solidariedade entre mulheres foram fundamentais para enfrentar as violências simbólicas e materiais. Essa experiência reforça a análise das relações de gênero no espaço feirante, ilustrando como a resistência e o protagonismo feminino se manifestam mesmo diante de adversidades. Como observa Muraro (1995), essas formas de violência e deslegitimação associadas ao exercício feminino da autoridade refletem a persistência de estruturas patriarcais que atravessam o cotidiano das mulheres, mesmo em espaços onde sua atuação é central. Essa reflexão contribui para compreender por que, ainda hoje, a composição da diretoria da AFEPRUC apresenta uma presença feminina reduzida, indicando que os obstáculos enfrentados pelas mulheres no exercício da liderança não se restringem ao passado, mas continuam a influenciar o acesso aos espaços formais de poder.

Outro ponto de destaque é como as entrevistadas compreendem a feira não apenas como espaço de trabalho, mas também de identidade, pertencimento e realização. Joana, por exemplo, associa a feira à construção da dignidade material e da própria trajetória de vida:

“A feira representa tudo para mim. [...] Eu eduquei meus filhos, [...] meu filho é professor, minha filha é vice-diretora. [...] Hoje eu tenho meu carro, meu terreno grande, um grande plantio de açaí, de cacau [...] sem ela, eu fico um peixe fora d’água.”⁸

Para ela, a feira funciona como uma extensão do lar e um espaço de realização pessoal, resumido em sua expressão: “a feira é minha terapia”. Essa fala evidencia que o trabalho na feira vai além do aspecto econômico, configurando-se como instrumento de autonomia, autoestima e transformação social. Em diálogo com Simone de Beauvoir (2016), observa-se que a emancipação feminina está diretamente ligada à autonomia material e ao reconhecimento

⁷ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 3.

⁸ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 4.

do trabalho, mostrando como espaços produtivos, como a feira, podem constituir arenas de afirmação pessoal e coletiva.

Marina, por sua vez, enfatiza a dimensão relacional e afetiva que a feira lhe proporciona:

*“A gente às vezes tira uma lição de vida através de um freguês, né? Porque a gente vê como ele chega na banca da gente. Aqui, graças a Deus, eu sou muito querida. Quando eu chego, Marina pra cá, Marina pra lá, aí me oferece café. Eu me sinto muito bem aqui.”*⁹

Nesse sentido, enquanto Joana ressalta a feira como motor de independência econômica e reconhecimento social, Marina revela como o espaço também pode ser fonte de afeto, acolhimento e construção de laços comunitários. Ambas, no entanto, convergem ao apresentar a feira como lugar de autonomia e pertencimento, em que o trabalho feminino adquire sentidos que ultrapassam a dimensão mercantil.

Por fim, quando questionadas sobre o futuro da feira, as entrevistadas revelaram diferentes perspectivas, todas atravessadas pelo desejo de continuidade e valorização do espaço. Joana destacou a importância da preservação do legado construído ao longo de décadas:

*“Eu espero que as pessoas se conscientizem que a feira teve um trabalho muito grande pra ser construída [...] Que valorize para que os filhos e os netos tenham onde vender.”*¹⁰

Essa fala evidencia a preocupação de Joana com a preservação do espaço produtivo e social que construiu ao longo de décadas, reforçando a importância da feira como território de pertencimento, memória coletiva e transmissão de saberes entre gerações. Além disso, revela sua visão de resistência e compromisso com a manutenção de um espaço que garante autonomia e oportunidades para futuras gerações de agricultores e feirantes. Marina, por sua vez, apontou como expectativa principal a melhoria da estrutura e da organização:

*“Mais prosperidade, né? Claro. E que organize mais um pouco essa feira, porque eu ainda acho ela muito desorganizada.”*¹¹

Já Amanda (nome fictício), terceira entrevistada, em tom mais incerto, projetou seu desejo de que a clientela volte a frequentar o espaço:

*“Futuro eu não sei não. Que os clientes voltem pra cá, pra feira.”*¹²

Essas falas, ainda que diversas, convergem ao evidenciar a feira como espaço fundamental para a vida das entrevistadas. Enquanto Joana ressalta o compromisso com a

⁹ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 27 de setembro de 2025. Cf. Anexo IV, p. 3.

¹⁰ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 6.

¹¹ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 27 de setembro de 2025. Cf. Anexo IV, p. 4.

¹² Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 27 de setembro de 2025. Cf. Anexo V, p. 3.

preservação e a memória, Marina reivindica melhorias na gestão e Amanda expressa preocupação com a permanência do público consumidor. Juntas, elas demonstram que pensar o futuro da feira é também refletir sobre sua capacidade de resistir, se reinventar e permanecer como lugar de trabalho, sociabilidade e identidade coletiva.

Em uma de suas falas, Joana também aponta a ausência de políticas públicas voltadas à garantia de direitos das mulheres feirantes, especialmente em relação ao cuidado com os filhos:

“Teria que ter escolas pra deixar seus filhos, pra poder trabalhar com segurança.

[...] Hoje, as pessoas deixando seus filhos em casa é muito arriscado.”¹³

Esse trecho evidencia uma reivindicação histórica das mulheres trabalhadoras: o direito ao cuidado compartilhado e a condições de trabalho dignas. Além disso, ressalta a interseção entre trabalho, gênero e políticas públicas, dimensões que, segundo Scott (2019), devem ser consideradas na análise das relações sociais, pois as estruturas institucionais influenciam diretamente as oportunidades, a autonomia e a proteção das mulheres no cotidiano laboral.

Em síntese, a experiência de Joana evidencia que a feira é muito mais que um espaço de venda de produtos: ela é lugar de memória, de resistência, de afetos e de construção de identidades. As feirantes, ao ocuparem esse espaço por décadas, não apenas garantem sua sobrevivência e autonomia, mas também constroem formas de existência dissidentes que desafiam as normatividades patriarcais e evidenciam o valor epistemológico das narrativas como campo de disputa e visibilidade social.

Assim, ao recuperar a trajetória da Feira do Produtor Rural de Castanhal e a atuação das mulheres em sua construção e manutenção, observamos como suas presenças foram decisivas não apenas para a consolidação de um espaço produtivo, mas também para a afirmação de identidades e formas de organização coletiva.

Se, no capítulo anterior, privilegiamos uma leitura histórica e estrutural da feira, a partir de agora o olhar se volta para o cotidiano dessas mulheres, tal como narrado em suas próprias vozes. O próximo capítulo busca evidenciar como, nas memórias e práticas diárias — atravessadas por lembranças e silenciamentos — emergem formas de autonomia, resistência e solidariedade que dão corpo à experiência feminina no interior da AFEPRUC.

¹³ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 6.

4 O FAZER DIÁRIO: A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA NA AFEPRUC

O presente capítulo tem como propósito analisar os dados produzidos a partir das entrevistas com mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal (AFEPRUC), tendo como base metodológica a história oral. A escuta atenta das narrativas permite acessar memórias que, mais do que relatos individuais, revelam dimensões coletivas da experiência feminina no espaço da feira. Considerando que a memória é um processo seletivo, atravessado por lembranças, silêncios e esquecimento, as narrativas compartilhadas pelas feirantes evidenciam não apenas o que é recordado, mas também o que foi ocultado, silenciado ou ressignificado ao longo do tempo. Essas narrativas, marcadas por afetos, resistências e cotidianos plurais, tornam-se fontes potentes para compreender como as feirantes constroem e vivenciam sua autonomia, desafiando estruturas que historicamente invisibilizaram seu trabalho e sua voz.

Este capítulo está organizado em dois subcapítulos complementares. O primeiro, intitulado “4.1 Narrativa, Memória e Esquecimento”, analisa como as experiências das feirantes se inscrevem na memória, e como o processo de lembrança e esquecimento influencia a construção da identidade e da trajetória coletiva dessas mulheres. O segundo, “4.2 A Autonomia Feminina nas Lembranças Cotidianas”, concentra-se em como as mulheres constroem sua autonomia no cotidiano da feira — seja por meio da organização do trabalho, das redes de solidariedade ou da apropriação simbólica do espaço que ocupam.

Dessa forma, este capítulo busca não apenas descrever práticas e relatos, mas evidenciar sentidos, estratégias e formas de resistência que apontam para um protagonismo feminino forjado na prática cotidiana, na memória compartilhada e na luta por reconhecimento e autonomia.

4.1 Narrativa, memória e esquecimento

A narrativa, enquanto prática social e discursiva, constitui-se como uma forma de organizar a experiência e dar sentido ao vivido. Não se trata apenas da evocação de acontecimentos passados, mas de uma reconstrução que obedece a critérios de seleção, de silenciamento e de interpretação, sempre vinculados ao presente de quem narra. Como observa Paul Ricoeur (2007), a narrativa se apresenta como uma mediação entre o tempo vivido e o tempo contado, atribuindo coerência ao que, na experiência, é fragmentado. Nesse sentido, ao narrar, as mulheres feirantes não apenas relatam fatos de suas trajetórias, mas elaboram sentidos

sobre si mesmas, sobre o trabalho e sobre a própria feira, constituindo-se como sujeitos históricos.

Walter Benjamin (1994), em seu clássico ensaio *O narrador*, ressalta que a narrativa é inseparável da experiência (*Erfahrung*), compreendida como saber compartilhado que passa de pessoa a pessoa. Para o autor, “a arte de narrar está em vias de extinção”, não porque o homem tenha perdido a capacidade de contar, mas porque as condições sociais modernas, marcadas pela fragmentação e pela rapidez da informação, tornaram rara a possibilidade de transmitir experiências densas. Esse diagnóstico é fundamental para compreender as falas das mulheres feirantes, pois suas narrativas atualizam uma prática de transmissão que resiste à lógica da informação imediata, resgatando saberes coletivos e situados.

Nesse sentido, é possível observar que a experiência narrada pelas feirantes aproxima-se do conceito de *Erfahrung* desenvolvido por Benjamin (1994), isto é, uma experiência compartilhada, enraizada na coletividade e transmitida de geração em geração. Diferentemente da vivência imediata (*Erlebnis*), fragmentada e efêmera, as narrativas da feira condensam memórias que resistem à lógica da informação rápida. Assim, aquilo que Benjamin descreveu como “em vias de extinção” reaparece, no contexto da feira, como prática de resistência, capaz de preservar e transmitir saberes sociais e de gênero.

Além disso, Benjamin destaca que a experiência histórica não se limita ao fato em si, mas envolve a recepção e o sentido que lhe são atribuídos. A narrativa, nesse processo, transforma lembranças individuais em memória cultural, conferindo-lhes densidade coletiva. É nesse movimento que as feirantes, ao relatar suas trajetórias, não apenas recuperam acontecimentos do passado, mas constroem significados sobre si mesmas, sobre o trabalho e sobre a feira, reafirmando-se como sujeitos históricos.

A memória, por sua vez, não pode ser compreendida como um simples depósito de lembranças individuais. Maurice Halbwachs (2006) destaca que lembrar é sempre um ato social, orientado pelos quadros coletivos da memória. É dentro de um grupo — a família, a comunidade, o espaço de trabalho — que se selecionam e se estruturam os elementos que serão recordados. As narrativas colhidas na feira evidenciam esse movimento: ao rememorar sua trajetória, as feirantes inscrevem suas memórias individuais dentro de um horizonte coletivo, marcado pela vida comunitária e pelas lutas empreendidas ao longo dos anos na AFEPRUC. Nesse processo, o vivido é reorganizado a partir da experiência compartilhada e da identidade construída no espaço da feira.

No entanto, como lembra Michael Pollak (1989), a memória não é apenas espaço de consenso e continuidade, mas também de conflitos, tensões e disputas. Aquilo que é lembrado

e aquilo que é silenciado traduzem posições sociais, hierarquias de poder e negociações identitárias. Benjamin (1994) contribui para essa análise ao destacar que o esquecimento e a lacuna na experiência histórica podem ter função política, revelando o que a sociedade valoriza ou marginaliza.

O esquecimento, portanto, não é ausência, mas escolha significativa; é parte constitutiva do processo de rememoração, tal como Ricoeur (2007) também enfatiza. Assim, nas narrativas das feirantes, é necessário observar tanto o que é dito quanto os silêncios, pois ambos revelam aspectos centrais da memória e da subjetividade.

Nesse contexto, a narrativa de memória deve ser compreendida como uma prática atravessada pelo gênero. Joan Scott (1995) afirma que gênero é uma categoria útil de análise histórica justamente porque evidencia as relações de poder tal como são experimentadas nas relações e tensões sociais. Ao narrar suas trajetórias, as mulheres feirantes mobilizam memórias que estão marcadas pelas experiências de ser mulher em um espaço de trabalho público, historicamente associado à masculinidade. Há, portanto, uma disputa simbólica nas lembranças: ao enfatizar conquistas, resistências e formas de participação política, essas mulheres reconstróem um passado que afirma seu protagonismo e legitima sua presença no espaço da feira. Simone de Beauvoir (2016) já havia apontado que a experiência feminina é, muitas vezes, marcada pela invisibilidade; nesse sentido, narrar-se é também inscrever-se no registro da história, recusando o lugar de silêncio e secundariedade.

A escuta das narrativas no campo possibilita observar esse movimento. Ao relatar sua trajetória, a entrevistada organiza sua memória em torno de marcos significativos: o início na feira, as dificuldades enfrentadas, a atuação na diretoria e as conquistas obtidas. Nota-se, entretanto, que nem todos os aspectos do percurso são narrados com igual ênfase. Alguns conflitos aparecem de modo breve ou pouco detalhado, enquanto a dedicação ao trabalho e o envolvimento com a gestão da AFEPRUC ganham relevo. Esses recortes não devem ser compreendidos como falhas, mas como indícios daquilo que é considerado relevante e legítimo de ser lembrado e compartilhado em uma entrevista. O esquecimento, nesse caso, também constitui narrativa, pois expressa escolhas e intencionalidades.

Assim, narrativa, memória e esquecimento se articulam como dimensões inseparáveis na análise das histórias de vida. A narrativa organiza o tempo e dá forma ao vivido; a memória seleciona e reinscreve experiências em quadros coletivos; e o esquecimento delimita os contornos do que pode ou não ser dito, revelando silêncios que também falam. No contexto da feira, esses elementos não são neutros: configuram-se como práticas de resistência e de afirmação política das mulheres, que inscrevem suas vozes em um espaço marcado por disputas

de gênero, poder e reconhecimento social. Compreender esse jogo entre lembrar e esquecer é, portanto, fundamental para a leitura das narrativas que serão analisadas a seguir, no intuito de perceber como as feirantes constroem sentidos para sua história e para a própria AFEPRUC.

4.2 A Autonomia Feminina nas Lembranças Cotidianas

Para compreender como as mulheres feirantes da AFEPRUC constroem e experienciam sua autonomia no cotidiano da feira, recorro às narrativas produzidas a partir da escuta sensível, ancorada na metodologia da história oral. As entrevistas realizadas foram tratadas como testemunhos singulares que, entre silêncios e evocação de memórias, revelam práticas, afetos e resistências inscritas no fazer diário dessas mulheres.

Dessa forma, nesta seção, os relatos das mulheres serão apresentados em articulação com esse instrumento, buscando evidenciar como, nas práticas do dia a dia – desde a montagem da banca até as formas de cuidado com os filhos e com as outras feirantes –, se expressa um modo de vida pautado na autonomia, na solidariedade e na resistência. Trata-se de reconhecer que a feira, mais do que espaço de comércio, é também espaço de produção de sentidos, de reexistência e de construção de identidades femininas insurgentes.

A primeira narrativa dessa pesquisa foi colhida em julho de 2025, no próprio espaço da feira e seu nome fictício será Joana. A interlocutora tem 69 anos e atua há quatro décadas na AFEPRUC, onde também exerceu papel de liderança como presidente e membro da diretoria por mais de trinta anos. Sua trajetória marcada por lutas, afetos e conquistas tornou sua fala uma das mais densas e significativas no conjunto das entrevistas realizadas até aqui.

A entrevista teve duração de 17 minutos e foi realizada em um ambiente de escuta acolhedora e respeitosa. A relação entre pesquisadora e entrevistada já vinha sendo construída previamente em visitas ao local, o que possibilitou maior proximidade, confiança e tranquilidade no momento da gravação. A narradora demonstrou estar confortável e disposta a compartilhar suas experiências, mesmo quando acessava memórias difíceis, como episódios de enfrentamento, perdas ou desigualdades.

A segunda interlocutora, aqui nomeada de Marina, cuja entrevista teve duração de 9 minutos, atua na feira há 10 anos como associada. Mostrou-se confiante ao responder algumas das perguntas, ainda que tenha preferido não se aprofundar em algumas questões, revelando, por meio dessa escolha, modos distintos de narrar e partilhar a própria experiência. Já a terceira entrevista, referente à fala de Amanda (nome fictício), teve duração de sete minutos, sendo a mais breve entre as realizadas. Apesar de aceitar participar da pesquisa, a entrevistada

demonstrou visível desconforto diante de perguntas de cunho pessoal, o que resultou em respostas curtas e pouco desenvolvidas. Esse tipo de situação, longe de representar uma limitação, faz parte da própria dinâmica de pesquisa em campo: desde o início, sabia-se que a exposição de experiências pessoais poderia despertar silêncios e resistências, dado que, no espaço da feira, muitas relações se constroem de forma mais reservada e seletiva.

Das entrevistas realizadas, a narrativa de Joana se destacou pela densidade e pelo detalhamento de suas lembranças, especialmente no que se refere à história da AFEPRUC e às situações de enfrentamento vividas no espaço da feira. As demais entrevistadas, embora tenham contribuído com relatos significativos sobre o cotidiano de trabalho, optaram por não aprofundar determinadas memórias, em razão de desconfortos pessoais. Nesse sentido, respeitando seus silêncios e escolhas, a análise prioriza aqui os elementos mais desenvolvidos na fala de Joana, sem deixar de reconhecer o valor das contribuições das demais mulheres para a compreensão coletiva da experiência feirante.

Os áudios foram gravados com autorização verbal, que está presente no presente no início das gravações, e posteriormente tudo foi transcrito com atenção às marcas da oralidade, respeitando pausas, repetições e expressões típicas da fala. A transcrição foi realizada inicialmente com o auxílio da ferramenta Evernote, utilizada como suporte para a transcrição automática dos áudios, e posteriormente revisada e corrigida manualmente, em um processo que privilegiou a escuta lenta e reflexiva da fala, sem alterar sua estrutura original. Não optei, neste momento, por diferenciação gráfica entre as vozes, mas mantive os trechos transcritos em destaque textual, buscando preservar o tom e o ritmo da fala da narradora. O que importa, aqui, é reconhecer que essas vozes carregam sentidos e saberes que não se resumem à linearidade do texto escrito, mas que emergem da vivência concreta.

A análise da narrativa apresentada neste capítulo baseia-se nos pressupostos da análise de discurso de inspiração foucaultiana, compreendendo o discurso como prática social que produz saberes, sujeitos e relações de poder. Segundo Foucault (2012), os discursos não são meras representações da realidade, mas acontecimentos situados em contextos históricos e institucionalmente regulados. Eles constituem o que se pode dizer, quem pode falar, com que autoridade e sob quais efeitos de verdade.

Como aponta Costa e Oliveira (2021), “a análise do discurso foucaultiana se volta para as condições de possibilidade dos enunciados, considerando as regularidades e rupturas que atravessam os saberes que circulam nos contextos sociais” (p. 6). Assim, ao escutar a narrativa de uma mulher com quatro décadas de atuação na Feira do Produtor Rural de Castanhal, buscamos compreender como suas falas constroem sentidos sobre trabalho, resistência,

pertencimento e gênero, e de que forma essas construções se tornam possíveis a partir das relações de poder que atravessam seu cotidiano.

Em diálogo com Foucault (1979), consideramos que o poder não é algo que se possui, mas algo que circula, se infiltra nos corpos e nos gestos, nos saberes locais e nas formas de organização comunitária. A própria feira, enquanto espaço popular, se revela um campo de disputa, onde saberes hegemônicos sobre gênero e trabalho são tensionados, negociados ou subvertidos. A resistência, nesse cenário, não aparece apenas como confronto direto, mas como prática cotidiana, como modo de dizer, como memória narrada e como presença política.

É nesse sentido que as falas analisadas a seguir são compreendidas como práticas discursivas produtoras de verdade e de subjetividade, que tornam visíveis os modos pelos quais essas mulheres constroem autonomia, pertencimento e poder em um espaço marcado por desigualdades históricas.

Ressalto, por fim, que a análise não pretende esgotar o conteúdo da narrativa, mas sim evidenciar, por meio de trechos selecionados, os sentidos que emergem da convivência, da luta e da permanência dessas mulheres na feira. A escolha por recortes temáticos se justifica pela vontade de fazer ecoar vozes que, muitas vezes, falam de forma fragmentada, mas profunda, sobre autonomia, coletividade e enfrentamentos cotidianos.

Um dos momentos mais significativos da narrativa diz respeito à origem da Feira do Produtor Rural de Castanhal. A entrevistada Joana, com seus 69 anos e quatro décadas de atuação na AFEPRUC, relata com firmeza e emoção um episódio de enfrentamento vivido nos primeiros anos de organização do espaço. Segundo ela:

“Aí eu disse que eu não ia sair. ‘Você não vai sair por quê?’ eu disse: não, porque eu não vou sair. A mercadoria é minha, não tô com medo de ninguém. É minha, eu vou vender... Aí eu subi numa caixa e fiz tipo um protesto, sabe?... nós que é da agricultura não podia vender essa mercadoria, que não tinha onde.”¹⁴

O fragmento evidencia não apenas uma postura de resistência individual, mas um gesto coletivo de reivindicação de direitos e ocupação de espaços por parte das mulheres agricultoras. A fala traduz a urgência de garantir meios de sobrevivência e visibiliza uma luta que vai além da economia: trata-se da afirmação da dignidade e do pertencimento.

Ao se colocar como protagonista em um episódio de protesto — “subi numa caixa” —, a narradora inscreve seu corpo e sua voz em um espaço que historicamente negou às mulheres

¹⁴ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 1.

o poder de decisão. Sua recusa em abandonar o local de venda, mesmo sob ameaça, revela uma prática cotidiana de resistência que articula experiência vivida, memória e identidade coletiva.

Essa ação pode ser compreendida à luz da análise de Joan Scott (2019), ao afirmar que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 49). A luta pela criação da feira é também uma luta por reconhecimento e por ressignificação das relações de poder que historicamente marginalizaram as mulheres no trabalho e nos espaços públicos.

A fala da narradora revela uma experiência de resistência que ultrapassa o gesto individual. Ao se recusar a sair do local de venda, subir em caixas e se posicionar publicamente, sua fala deixa de ser um relato individual e passa a operar como um acontecimento, no sentido foucaultiano: um enunciado que emerge em um campo de forças, carregado de tensões entre saber e poder. Foucault (1979) nos lembra que o discurso é produtor de verdade, e que a emergência de um novo discurso está ligada a transformações nas relações de poder. Ao narrar sua ação de resistência pública, a feirante inscreve-se como sujeito político e inaugura, discursivamente, a própria existência da feira.

A narrativa também se alinha ao que Joan Scott (1991) identifica como o poder do gênero na constituição das experiências: ao ocupar publicamente a rua e disputar o direito de vender, a entrevistada desafia a norma de gênero que tende a manter as mulheres afastadas das decisões e da vida pública. Assim, a memória da entrevistada carrega uma dupla força: é tanto lembrança quanto performance de uma identidade feminina resistente.

Se, no relato de Joana, a resistência se expressa de modo aberto e coletivo, as demais entrevistadas apontam para formas mais sutis e igualmente significativas de enfrentamento no cotidiano da feira.

Nesse sentido, o protesto improvisado — subir em uma caixa, elevar a voz, interpelar autoridades e negociar o próprio lugar — pode ser compreendido como uma forma de desobediência cotidiana (Certeau, 1994), isto é, uma prática que subverte regras instituídas não pela via do confronto formal, mas pela insistência em permanecer, em ocupar, em não ceder. A caixa em que Joana sobe torna-se um artefato simbólico: ao mesmo tempo simples e potente, transforma-se em plataforma política, lugar de fala e afirmação de dignidade.

Esse movimento ganha ainda mais força quando pensado a partir da perspectiva de Beauvoir (2016), para quem a condição feminina é historicamente produzida pela desigualdade e pela naturalização da subordinação. Ao narrar o episódio da fundação da feira, Joana mostra justamente o contrário dessa passividade esperada: sua ação se dá como ruptura, como gesto

inaugural de autonomia e como enfrentamento direto a estruturas que tentavam excluí-la. Assim, sua memória não apenas relata o passado, mas reinscreve sua trajetória como agente coletiva da mudança.

Do ponto de vista da memória, o episódio também evidencia aquilo que Halbwachs (2006) chama de memória coletiva: a lembrança individual de Joana se articula com um nós — “nós que é da agricultura”. É por meio desse pertencimento que o protesto adquire relevância política. Joana fala de si, mas fala em nome de um grupo, e essa fusão entre sujeito e coletivo revela que a resistência feminina na feira nasce de laços de solidariedade e de experiências comuns de exclusão.

Ao revisitar o episódio décadas depois, a entrevistada seleciona e enfatiza elementos que, como afirma Benjamin (1987), iluminam não apenas o que aconteceu, mas aquilo que fez sentido e segue produzindo efeitos no presente. A imagem de estar “em cima da caixa”, por exemplo, permanece viva na memória não pela grandiosidade do ato, mas pelo impacto simbólico de se colocar acima da ameaça, literalmente elevando o próprio corpo para ser vista e ouvida. Esse gesto performa — no sentido de Butler (2019) — uma identidade resistente, construída na ação e reiterada na narrativa.

Além disso, o conflito relatado por Joana expõe com nitidez as tensões sociais que estruturam a criação da feira e que se repetem, em diferentes formas, no cotidiano atual das feirantes. O impedimento de vender, a ameaça, a disputa pelo espaço e o controle sobre quem pode ou não comercializar são práticas que revelam não apenas desigualdades econômicas, mas também relações de poder entre agricultores, comerciantes, autoridades locais e, sobretudo, entre homens e mulheres. A memória do enfrentamento não é apenas uma lembrança: é uma denúncia.

A partir dessa perspectiva, o relato pode ser lido também como um acontecimento fundador da autonomia feminina na AFEPRUC. Não se trata apenas de descrever como a feira surgiu, mas de reconhecer que seu nascimento está atravessado por gestos de resistência protagonizados por mulheres que, mesmo diante da violência simbólica e material, afirmaram sua permanência. Assim, a experiência narrada por Joana antecipa elementos que aparecerão de forma recorrente nas demais entrevistas: o caráter político do trabalho, a luta pelo espaço, a força das redes de apoio entre mulheres e a construção de uma identidade coletiva baseada na resistência cotidiana.

Por fim, ao rememorar esse episódio, Joana reinscreve o passado no presente, mostrando que sua trajetória — e a da feira — não se dissocia das disputas que marcam a participação feminina na agricultura familiar. Sua narrativa, portanto, produz conhecimento sobre a feira,

mas também sobre o lugar das mulheres no mundo rural, reafirmando que essas memórias não são apenas relatos, mas ferramentas de afirmação e de luta.

A segunda entrevistada, Marina, descreve a feira como “sustento e terapia”, revelando que sua permanência nesse espaço, mesmo diante da sobrecarga de trabalho e da ausência de meios adequados de transporte, traduz uma prática de resistência cotidiana:

“Deus em primeiro lugar e depois a feira, que é da onde eu tiro meus sustentos mesmo. Pra mim é muito importante. Isso aqui é uma terapia pra mim. Até pra saúde. Fora os estresses que a gente tem, porque... enfim... Mas... Mas eu gosto muito.”¹⁵

Aqui, é possível reconhecer aquilo que Certeau (1994) define como “artes de fazer” – ações aparentemente ordinárias, mas carregadas de sentidos e estratégias de sobrevivência que permitem às mulheres ressignificar o trabalho e o espaço da feira.

A fala de Marina adiciona uma camada importante à compreensão das experiências das feirantes: a intersecção entre trabalho, autocuidado e afetividade. Quando ela afirma que a feira é “sustento e terapia”, aciona uma dimensão subjetiva que escapa às leituras meramente econômicas do trabalho. Aqui, o espaço da feira aparece não apenas como local de renda, mas como lugar de elaboração emocional, de fortalecimento e, sobretudo, de pertencimento.

Essa percepção se aproxima da ideia de “trabalho como existência”, discutida por Simone de Beauvoir (1949), ao argumentar que a experiência feminina é marcada pela necessidade de conciliar obrigações materiais com a construção de sentido para a própria vida. Para Beauvoir, o cotidiano é um terreno onde as mulheres afirmam sua liberdade possível — mesmo dentro de estruturas que as limitam. Marina traduz isso de maneira concreta ao dizer que, apesar do cansaço e do “estresse”, ela permanece porque a feira “faz bem pra saúde”.

Há, portanto, uma ressignificação do trabalho: aquilo que poderia ser visto apenas como esforço físico e desgaste torna-se também fonte de fortalecimento emocional. Nesse ponto, o relato se aproxima da concepção arendtiana de ação: ainda que a feira não seja um palco político no sentido clássico, ela se torna um espaço de aparição, de reconhecimento e de construção de mundo (Arendt, 1958). Estar ali, circular, conversar, negociar e sustentar a família constitui um modo de aparecer no espaço social — especialmente para mulheres historicamente relegadas ao privado.

Além disso, quando Marina insiste que “Deus em primeiro lugar e depois a feira”, revela a presença de uma dimensão espiritual que estrutura práticas e decisões. Essa articulação entre fé e trabalho, bastante marcada em contextos de agricultura e comércio popular, reforça o que

¹⁵ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 27 de setembro de 2025. Cf. Anexo IV, p. 3.

Maurice Halbwachs (1990) chama de memórias coletivas: experiências compartilhadas que organizam a vida social e orientam escolhas individuais. A fé, nesse sentido, não é apenas crença, mas elemento que legitima e fortalece a permanência na feira.

A afirmação de que a feira é uma “terapia” também evoca o papel das redes de apoio e do convívio feminino na elaboração das tensões do cotidiano. As mulheres criam táticas — no sentido certeuniano — para transformar um espaço de trabalho duro em um território de afeto, solidariedade e cuidado. Tais táticas incluem conversar, rir, dividir preocupações, trocar produtos, ajudar a carregar pesos, compartilhar receitas ou estratégias de venda. A terapia não está apenas na atividade, mas nas relações.

Nesse ponto, a fala de Marina dialoga diretamente com Joan Scott (1995), ao demonstrar como o gênero estrutura não só posições sociais, mas também experiências e afetos. Para Scott, gênero é uma forma de dar significado às relações de poder — e, aqui, significar o próprio corpo.

Vale destacar que essa compreensão da feira como espaço de cura e equilíbrio emocional não é exclusiva de Marina. No capítulo anterior, vimos que Joana também recorre ao termo “terapia” para expressar o alívio e a força que encontra no trabalho cotidiano. A recorrência dessa palavra entre diferentes interlocutoras reforça que a feira opera, para elas, como um território de elaboração emocional e de cuidado de si, articulando trabalho, afeto e pertencimento.

Além disso, Marina chama atenção para uma dificuldade concreta que atravessa sua rotina: o deslocamento até a feira. Ela afirma que a “*maior dificuldade? É a vinda pra cá, porque eu não tenho carro próprio. Venho de ônibus*”¹⁶. A ausência de um meio de transporte próprio não apenas intensifica o esforço físico necessário para carregar os produtos, como evidencia as desigualdades materiais que estruturam o cotidiano das feirantes. Ainda assim, sua persistência em comparecer diariamente reforça o caráter de resistência que marca sua presença na feira — uma resistência que se faz tanto na superação dos obstáculos práticos quanto na ressignificação afetiva do trabalho.

Como apontam Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho implica que as mulheres assumem múltiplas tarefas sem, contudo, terem acesso proporcional aos meios que facilitariam sua realização. O transporte público, irregular e pouco adaptado às demandas de trabalhadoras rurais, torna-se mais um elemento de desgaste cotidiano — e, ao mesmo tempo, mais um campo onde se manifesta a resistência feminina. Assim, quando Marina insiste em

¹⁶ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 27 de setembro de 2025. Cf. Anexo IV, p. 2.

estar presente “mesmo sem carro”, o que emerge não é apenas uma dificuldade prática, mas a expressão de uma autonomia construída na persistência e na capacidade de superar barreiras estruturais.

Assim, o que à primeira vista parece uma simples descrição do trabalho cotidiano revela, na verdade, camadas profundas de resistência, criação de sentido e reinvenção de si.

Já a terceira entrevistada, Amanda, recorda sua entrada precoce na feira, aos 14 anos, após a morte do pai, assumindo sozinha a responsabilidade pela banca:

“É que o meu pai morreu, eu tinha 14 anos. Aí fiquei ajudando a minha mãe, que plantava e eu ficava sozinha, na banca.”¹⁷

Nesse caso, a resistência aparece como continuidade geracional e como estratégia de sobrevivência familiar, articulando aquilo que Scott (1999) nomeia como experiência de gênero: vivências que não apenas revelam desigualdades, mas também produzem modos singulares de estar no mundo.

A lembrança de Amanda revela uma dimensão da resistência feminina que não se expressa de forma espetacular ou coletiva, como no caso de Joana, nem pela resignificação afetiva do cotidiano, como em Marina, mas pela assunção precoce de responsabilidades adultas. Ao entrar na feira aos 14 anos, após a morte do pai, Amanda reinscreve no espaço público um movimento comum na trajetória de muitas mulheres: assumir tarefas produtivas e reprodutivas simultaneamente, sustentando a família enquanto ainda elabora o próprio luto.

Esse elemento — trabalhar enquanto se vive uma perda profunda — pode ser compreendido à luz do que Joan Scott (1999) denomina experiência de gênero: uma forma de interpretar como as desigualdades materiais e simbólicas produzem modos específicos de viver e significar os acontecimentos. Amanda não apenas “ajuda” a mãe: ela ocupa o lugar deixado por um homem, incorporando, aos 14 anos, um papel socialmente lido como masculino — o de garantir a renda familiar. Esse deslocamento revela como o gênero é continuamente negociado e reinventado na prática cotidiana.

A fala também evidencia o que Walter Benjamin (1987) chama de “chama frágil da tradição”: aquilo que persiste através das gerações não como repetição, mas como reinvenção diante da necessidade. O trabalho na feira, nesse caso, não é apenas herança; é uma forma de manter viva a memória do pai, da família e da própria terra — uma continuidade que se dá pela ação.

¹⁷ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 27 de setembro de 2025. Cf. Anexo V, p. 1.

Há ainda uma camada importante na fala: a solidão. “Ficava sozinha, na banca.” A solidão de Amanda aos 14 anos expõe a face invisibilizada do trabalho das mulheres em contextos rurais e feirantes: a autonomia nasce, muitas vezes, de situações de abandono, luto e urgência. Essa solidão não é apenas física; é também estrutural. Ela denuncia a fragilidade das redes de apoio estatal e comunitário que deveriam sustentar adolescentes em situação de vulnerabilidade.

A partir da perspectiva de Beauvoir (1949), podemos compreender essa experiência como parte da condição feminina: mulheres frequentemente são lançadas mais cedo ao mundo das responsabilidades, das tarefas do cuidado e da sobrevivência econômica. A entrada precoce de Amanda na feira ilustra o que Beauvoir descreve como a passagem abrupta da infância à maturidade, quando a menina assume funções destinadas aos adultos, sobretudo às mulheres.

A trajetória de Amanda também dialoga com o conceito de “artes de fazer” de Certeau (1994). Embora distinta das táticas descritas por Marina, ela mobiliza estratégias de permanência e aprendizagem que lhe permitem transformar um evento traumático — a morte do pai — em uma forma de atuação no mundo. Sua permanência na banca, sozinha, é também uma prática de resistência, uma maneira de “fazer durar” a família e a própria memória.

Assim, as narrativas de Joana, Marina e Amanda, ainda que distintas em forma, trajetória e intensidade, complementam-se ao revelar que a resistência feminina na feira assume múltiplas expressões: manifesta-se como ato político público, quando Joana sobe em uma caixa e protesta pelo direito de permanecer vendendo; como resignificação afetiva do cotidiano, quando Marina identifica na feira não apenas sua fonte de sustento, mas uma “terapia” que a fortalece emocionalmente; e como continuidade geracional marcada pelo enfrentamento do luto, quando Amanda, aos 14 anos, assume sozinha a banca após a morte do pai. Essas experiências, embora situadas em temporalidades e afetos diferentes, convergem para aquilo que Scott (1995) identifica como o núcleo da categoria de gênero: a produção de formas situadas de agir, resistir e significar o mundo. Desse modo, as memórias dessas mulheres evidenciam que a resistência não é um ato isolado ou extraordinário, mas uma prática cotidiana, tecida no encontro entre história, trabalho, afetos e sobrevivência.

A trajetória de Joana também revela episódios marcantes de violência de gênero, vividos no contexto da feira. Um dos momentos mais impactantes de sua narrativa refere-se a uma ameaça direta que sofreu de um homem, quando a feira já se encontrava na atual localidade. O episódio ocorreu após a recusa de um vendedor externo — que não era feirante associado, mas comercializava alho — em retirar seu produto que havia deixado em cima da banca da

entrevistada, e não poderia ficar ali. Diante da solicitação para que respeitasse as normas do espaço, ele reagiu com hostilidade e a ameaçou de forma explícita:

“Ele disse pra mim que ele ia me dar uma facada. [...] Eu não estou sozinha. Aqui todos são meus amigos. Aí, nessa ocasião, já começaram a chegar um do lado, outro do outro, pra perto de mim, sabe?”¹⁸

O episódio expõe a persistência das violências simbólicas e físicas enfrentadas por mulheres em espaços públicos de trabalho, onde a autonomia feminina frequentemente é alvo de intimidação. Ao mesmo tempo, a reação imediata dos colegas, que se aproximam da narradora em gesto de proteção, evidencia a força da solidariedade como prática de enfrentamento coletivo diante da ameaça.

A situação pode ser interpretada à luz da teoria foucaultiana sobre o poder. Para Foucault (1979), “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que funciona em cadeia [...]. Ele não está localizado nem nos ‘aparatos’ do Estado, nem em uma instância superior, mas está presente e operante em todas as relações sociais” (p. 183). Assim, a cena narrada ilustra como o poder se manifesta tanto na violência exercida quanto na resposta solidária que se forma entre os sujeitos. O corpo feminino, historicamente vulnerabilizado, torna-se também ponto de articulação de resistências, afetos e alianças que desestabilizam relações de dominação.

O relato da ameaça de violência sofrida durante sua gestão como presidenta da feira expõe as marcas do gênero na experiência da liderança. Ao ser intimidada por um homem que se recusava a respeitar as regras da associação, a narradora reconhece o peso de ser mulher em posição de autoridade: *“se eu fosse homem, não teria dito aquilo, né?”*. A ameaça não é apenas um ato isolado de violência verbal, mas uma tentativa de recolocação da mulher em seu lugar “adequado” dentro da ordem discursiva dominante. Segundo Foucault (1979), o poder se exerce sobre os corpos, mas também se infiltra nos saberes e nos gestos cotidianos. A resistência que emerge no relato não está apenas na resposta direta ao agressor, mas no suporte coletivo que a narradora recebe dos colegas — uma resistência difusa, que também circula. Como afirmam Costa e Oliveira (2021), a análise do discurso permite evidenciar como essas tensões se materializam em enunciados que produzem sujeitos resistentes e formas outras de estar no mundo.

Como analisa Judith Butler (2018), os corpos de mulheres que resistem às normas hegemônicas performam uma subversão da identidade esperada — especialmente quando se

¹⁸ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 3.

posicionam como agentes de ordem, liderança ou enfrentamento. A fala da entrevistada, ao ser compartilhada e sustentada por outras pessoas da feira, também evidencia o que Costa e Oliveira (2021) apontam como resistência coletiva: uma produção de força nos laços e alianças que desafiam silenciosamente o poder. Nesse caso, a solidariedade funciona como prática discursiva contra a violência de gênero.

É importante destacar que, entre as três interlocutoras, apenas Joana relatou um episódio de violência de gênero vivido no contexto da feira. As outras duas entrevistadas, Marina e Amanda, não quiseram compartilhar histórias mais marcantes, especialmente por desconforto ao abordar questões de ordem pessoal. Nesse sentido, respeitando o direito de cada participante de estabelecer seus limites narrativos, optei por não insistir em perguntas adicionais. O silêncio, nesse caso, também se apresenta como dado significativo da pesquisa, revelando os diferentes modos de lidar com lembranças sensíveis e com a própria exposição diante da escuta da pesquisadora.

Ao respeitar esses limites, preserva-se um dos princípios centrais da história oral: a autonomia narrativa. Como afirma Portelli (1997), a entrevista não é apenas um lugar de coleta, mas um espaço de negociação em que o narrador define o que deseja ou não deseja tornar público. Assim, o silêncio não aparece como ausência de informação, mas como marcador significativo de subjetividade, revelando modos distintos de lidar com a memória e com a exposição diante da escuta da pesquisadora.

A literatura sobre memória e gênero reconhece que mulheres, especialmente em contextos de trabalho popular, elaboram o silêncio como forma de proteção — proteção da própria imagem, da família, da comunidade ou da dor ainda não inteiramente elaborada. Pollak (1989) analisa o silêncio como uma “memória subterrânea”, nem apagada nem inexistente, mas mantida fora da narrativa por razões que podem envolver vergonha, medo, cuidado ou prudência. Para autoras feministas como Luisa Passerini (1993), esses silêncios não devem ser lidos como falhas, mas como parte constitutiva da memória feminina, que muitas vezes encontra na não-ditadura um modo de preservar o que ainda é sensível demais para ser narrado.

Nesse sentido, o silêncio das entrevistadas revela mais do que oculta. Ele aponta para a forma como determinadas experiências — especialmente aquelas relacionadas à violência — são socialmente inomináveis ou emocionalmente difíceis de verbalizar. Judith Butler (2018) chama atenção para a vulnerabilidade dos corpos que carregam histórias de violência: falar implica expor-se novamente ao risco simbólico, enquanto calar pode ser uma maneira de sustentar a própria integridade emocional. Assim, o silêncio das feirantes precisa ser

reconhecido não como lacuna na pesquisa, mas como parte da ética da resistência, uma recusa a reviver dores ou a transformar sua experiência em espetáculo.

Além disso, o silêncio evidencia os limites da própria pesquisadora diante das memórias do outro. A história oral, como lembra Alberti (2013), não tem como objetivo extrair confissões, mas criar condições para que o narrador produza seu próprio relato. Os recuos, hesitações e negativas fazem parte da materialidade da entrevista e precisam ser acolhidos enquanto tais. No caso desta pesquisa, o silêncio também funciona como dado analítico ao mostrar que as formas de violência não são vividas e narradas da mesma maneira. Enquanto Joana opta por transformar a ameaça sofrida em memória pública, Marina e Amanda elaboram suas experiências de modo mais reservado — o que confirma que a resistência das mulheres não se expressa apenas na fala, mas também na decisão de não contar.

Assim, o silêncio emerge como parte fundamental da narrativa e da experiência, articulando-se ao que Benjamin (1987) descreve como a dimensão “incompleta” de toda memória: aquilo que não é dito também compõe a história, indicando fronteiras emocionais, éticas e políticas. Ao reconhecer esse silêncio como dado, a pesquisa se alinha a uma perspectiva sensível e ética, compreendendo que a construção de memória é sempre uma negociação entre lembrança e esquecimento, entre o que se pode contar e o que não se deseja tornar palavra.

Joana também reflete sobre a forma como o trabalho das mulheres impacta diretamente na relação com os clientes e no ambiente da feira. Em um trecho de sua fala, ela afirma: *“Quando você vai numa banca e tem só mulher, você é tão bem tratado que dá vontade de voltar de novo, né?”*¹⁹. E tem a concordância das de Marina e Amanda, quando perguntadas sobre os clientes se sentirem bem quando são atendidos por mulheres, afirmam: *“Sente, sente sim.”*²⁰ e *“A mulher trata melhor do que os homens. Mais carinhosa, mais atenciosa.”*²¹

A observação aponta para um reconhecimento tácito do papel das mulheres na criação de vínculos afetivos e de hospitalidade com o público. A presença feminina nas bancas não se limita à função comercial: ela se estende à produção de um espaço mais acolhedor, sensível e relacional. Essa experiência cotidiana do cuidado, do trato atencioso, é valorizada tanto pelos clientes quanto pelas próprias feirantes, que se percebem como responsáveis por uma ética de convivência construída coletivamente.

¹⁹ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 4.

²⁰ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 27 de setembro de 2025. Cf. Anexo IV, p. 3.

²¹ Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 27 de setembro de 2025. Cf. Anexo V, p. 2.

A leitura dessa fala à luz de Simone de Beauvoir revela a construção social do feminino como um fazer constante. Como afirma a autora: “Não se nasce mulher: torna-se. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a figura que a fêmea humana assume na sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (Beauvoir, 1967, p. 9). A valorização do cuidado, da escuta e do trato — frequentemente associados ao papel feminino — não nasce com as mulheres, mas é forjada historicamente e culturalmente no interior de práticas sociais. No contexto da feira, essas práticas são ressignificadas como formas de fortalecimento do trabalho, da clientela e da identidade coletiva dessas mulheres.

O discurso sobre o “bom tratamento” nas bancas lideradas por mulheres revela como os saberes femininos — historicamente desvalorizados — são resignificados no espaço da feira. A entrevistada associa o cuidado e o afeto a uma forma eficaz de criar pertencimento e fidelidade. Como lembra Foucault (1979), o poder não opera apenas por repressão, mas também pela produção de normas e saberes. Nesse sentido, a fala da narradora inscreve um saber feminino que rompe com a lógica da produtividade isolada, introduzindo relações éticas e afetivas como práticas legítimas de trabalho e convivência.

Helena Hirata (2002), ao analisar a divisão sexual do trabalho, argumenta que as mulheres incorporam ao espaço laboral dimensões subjetivas que não são mensuradas economicamente, como o cuidado e o acolhimento — aspectos visíveis nas relações que a feirante estabelece com seus clientes e vizinhos de banca. Como também destaca Scott (1991), o gênero estrutura as formas pelas quais os sujeitos vivenciam e expressam sua experiência no mundo social. Nesse sentido, o discurso da entrevistada não apenas descreve relações de trabalho — ele produz sentidos que transformam a feira em lugar de afeto e de produção de subjetividade.

A experiência da entrevistada na liderança da AFEPRUC demonstra a importância do protagonismo feminino na gestão e na organização coletiva da feira. Ela relata:

*“Já fui presidente por duas vezes. Trabalhei mais de 30 anos na diretoria. [...] Já chorei muito, já dei muito sangue por aqui.”*²²

A fala da entrevistada evidencia, de maneira sutil e poderosa, as tensões que atravessam o exercício da liderança feminina na AFEPRUC. Quando afirma ter “chorado muito”, sem desejar detalhar as circunstâncias, ela revela uma dimensão de sofrimento que, como observa Rose Marie Muraro (1995), marca historicamente a experiência social das mulheres,

²² Fragmento de entrevista realizada com feirante da AFEPRUC em 09 de julho de 2025. Cf. Anexo III, p. 3.

especialmente quando ocupam posições de responsabilidade em ambientes permeados por estruturas patriarcais. O silêncio sobre as causas dessas lágrimas também é significativo: como lembra a própria Muraro, muitas violências sofridas pelas mulheres são naturalizadas a ponto de se tornarem indizíveis. Assim, o relato não apenas aponta para os desafios enfrentados na gestão da feira, mas também para o desgaste emocional e simbólico que acompanha a atuação feminina em espaços de poder, exigindo delas resistência, persistência e coragem cotidianas.

A análise desse contexto pode ser enriquecida a partir dos estudos de Hirata e Kergoat (2007), que destacam que “a divisão sexual do trabalho, enquanto forma particular da divisão social do trabalho, tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher). [...] Essa divisão se legitima por meio de uma ideologia naturalista que reduz as práticas sociais a papéis sexuais, e confere às mulheres o destino do cuidado, do sacrifício e da doação” (p. 5).

Nesse sentido, o protagonismo de Joana na gestão da feira representa uma ruptura dessas hierarquias tradicionais, ao afirmar o valor do trabalho das mulheres, não apenas no âmbito doméstico, mas também na esfera pública e política. Sua trajetória demonstra como o exercício do poder se constrói no cotidiano, a partir da luta, da resistência e da solidariedade, reafirmando a feira como um espaço de empoderamento e construção de identidades insurgentes.

O depoimento da entrevistada Joana sobre sua longa atuação na diretoria da feira evidencia não apenas o exercício da liderança, mas também a dimensão afetiva e subjetiva do trabalho feminino. Ao afirmar que “*já dei muito de mim*”, sua fala traduz a experiência de entrega e sacrifício que atravessa a vida das mulheres no espaço da feira. Essa dimensão, frequentemente invisibilizada nas análises tradicionais sobre o trabalho, revela que a autonomia não se constrói apenas nas práticas de gestão ou resistência política, mas também no envolvimento emocional, no cuidado e na persistência cotidiana.

Nesse sentido, a lembrança narrada por Joana ilumina como o trabalho das feirantes é marcado pela intersecção entre esforço material e investimento afetivo, compondo um modo de fazer que transforma a feira em território de pertencimento e de memória compartilhada. Para Foucault (1979), o sujeito se constitui nas práticas que o formam, e o discurso é uma dessas práticas fundamentais. A análise do discurso permite compreender como esses sujeitos se constituem na contramão dos silêncios impostos, deslocando os sentidos historicamente fixados sobre gênero e poder. Joan Scott (1991) contribui para essa análise ao afirmar que o gênero é tanto relacional quanto político: ele estrutura relações sociais e também pode ser mobilizado

para disputar lugares de fala. A trajetória da entrevistada, marcada por desafios e conquistas, torna-se um exemplo de como mulheres transformam a experiência em autoridade política.

Através da análise de discurso, foi possível identificar como essas falas não são meras expressões da experiência individual, mas acontecimentos que emergem de práticas sociais e relações de saber-poder. Cada enunciado da narradora carrega consigo marcas históricas, disputas simbólicas e posicionamentos que desestabilizam as verdades normativas sobre o papel das mulheres nos espaços públicos e populares. O que se diz, o que se silencia e o que se repete na fala da feirante revelam rupturas, continuidades e estratégias, formas de dizer o mundo e, ao mesmo tempo, de transformá-lo.

Mais do que descrever práticas de trabalho, a análise desta narrativa buscou tornar visível o modo como essas mulheres reinventam os espaços que ocupam: pela palavra, pelo corpo, pela memória e pela insistência. Ao longo deste capítulo, mesmo atravessadas por silêncios, lacunas e lembranças seletivas, vimos que a resistência se dá tanto nos gestos cotidianos quanto na ocupação da palavra pública; que o afeto é também uma prática política; e que o pertencimento se constrói na partilha de vivências e na reafirmação de vínculos coletivos. Assim, o cotidiano das feirantes se mostra como prática de invenção de si e de inscrição histórica, preparando o caminho para, nas considerações finais, refletir sobre as contribuições deste estudo e os desafios que ainda se impõem à visibilidade e ao reconhecimento do trabalho feminino nas feiras livres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas ao longo desta dissertação permitiram compreender que as narrativas das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA constituem importantes formas de resistência, memória e produção de identidades. A feira, mais do que um espaço de comercialização, revelou-se um território simbólico onde se entrelaçam afeto, trabalho e solidariedade, e onde as mulheres afirmam cotidianamente sua presença, sua história e sua capacidade de agir no mundo.

A utilização da história oral como metodologia mostrou-se fundamental para compreender não apenas o que as mulheres narram, mas como narram, o que silenciam e o que escolhem enfatizar. Como afirma Alessandro Portelli, a força da história oral não está na exatidão dos fatos, mas nos sentidos que as narradoras produzem sobre si mesmas. As entrevistas realizadas evidenciaram que a palavra dita, o ritmo da fala, as pausas, as hesitações e até os silêncios constituem matéria analítica. O encontro entre pesquisadora e interlocutoras produziu conhecimentos situados, marcados por afetos, por tensões e pela ética da escuta. Desse modo, a história oral não apenas permitiu acessar experiências invisibilizadas, mas também se afirmou como prática política, capaz de reconhecer as mulheres feirantes como produtoras de conhecimento e como agentes de suas próprias trajetórias.

A escuta das feirantes possibilitou compreender que suas trajetórias estão marcadas por experiências de luta e superação, e que a memória é um elemento central para compreender como constroem e ressignificam suas identidades. Suas vozes expressam modos próprios de resistir às normas e hierarquias impostas pelas estruturas patriarcais, revelando práticas cotidianas de autonomia e pertencimento. Assim, a feira se configura como um espaço político no qual o fazer diário se transforma em ato de afirmação e resistência, rompendo com a lógica da invisibilidade que historicamente marcou o trabalho feminino.

As análises demonstraram que as narrativas das feirantes, ao mesmo tempo em que revelam desigualdades, também anunciam possibilidades de mudança. As práticas de cuidado, de colaboração e de solidariedade observadas entre elas apontam para a construção de novas formas de sociabilidade e para a emergência de um protagonismo feminino que desafia as fronteiras entre o público e o privado, o produtivo e o reprodutivo. Tal protagonismo é tecido nas bancas, nas conversas, nas memórias compartilhadas e na consciência coletiva que sustenta a permanência da feira como um território de resistência social e cultural.

A partir do diálogo com teóricas como Joan Scott e Simone de Beauvoir, foi possível perceber que as experiências narradas pelas feirantes reafirmam o gênero como categoria histórica e relacional, atravessada por práticas de poder e de subversão. Essas mulheres, ao

narrarem suas histórias, não apenas relembram o passado, mas o ressignificam sob novos sentidos, transformando suas memórias em instrumentos de reivindicação e reconhecimento. Essa dimensão política da memória se inscreve nas práticas diárias de trabalho, de organização coletiva e de luta por visibilidade, revelando a potência das narrativas orais como forma de conhecimento e de resistência.

No contexto da Feira do Produtor Rural de Castanhal, as dissidências femininas emergem não necessariamente de gestos grandiosos, mas de ações silenciosas e persistentes que desafiam as estruturas do cotidiano. Como mostrou a trajetória da entrevistada Joana — mulher com quatro décadas de atuação e papel de liderança na AFEPRUC —, a resistência se expressa tanto nas disputas institucionais quanto nos gestos de cuidado, solidariedade e permanência. Suas lembranças evidenciam a construção coletiva de um espaço que ultrapassa o caráter econômico, afirmando-se como lugar de memória, de pertencimento e de luta.

Entretanto, o processo de escuta também revelou os limites e as tensões que atravessam a produção da memória. Como argumenta Pollak (1989), a memória é frequentemente marcada por zonas de sombra, onde experiências dolorosas são omitidas não por esquecimento, mas por necessidade de proteção. Se apenas uma das entrevistas alcançou maior profundidade, isso não representa uma ausência de conteúdo, mas evidencia a força do silêncio e do esquecimento como dimensões constitutivas da própria narrativa. O silêncio, elemento recorrente nas narrativas analisadas, também merece destaque como categoria de análise.

As demais entrevistadas optaram por não se aprofundar em determinados episódios, revelando que lembrar também é escolher — e que o não dito pode carregar sentidos tão importantes quanto a fala. A memória, nesse sentido, é sempre seletiva, atravessada por afetos, medos e resistências. O silêncio dessas mulheres, longe de ser vazio, expressa estratégias de proteção e de resistência frente a experiências que, muitas vezes, permanecem dolorosas ou socialmente interditas. Ao respeitar esses silêncios, esta pesquisa reafirma o compromisso ético de reconhecer o direito de cada mulher a decidir o que pode — e o que deseja — ser lembrado.

Nesse sentido, compreender as experiências dessas mulheres implica reconhecer o valor epistemológico das narrativas e das memórias orais enquanto formas de produzir conhecimento sobre o social. As histórias contadas por elas rompem com a linearidade das versões oficiais da história e reivindicam novos lugares de fala para os sujeitos populares. A feira, portanto, se apresenta como um microcosmo da sociedade, onde se expressam as contradições, as desigualdades e também as possibilidades de transformação que caracterizam a vida das mulheres amazônicas.

Além disso, a AFEPRUC configura-se como território usado, onde as mulheres imprimem sua marca por meio de sua circulação, de sua presença histórica e de seus modos de fazer. A feira é, assim, espaço de produção de vínculos, de invenções e de resistências que se materializam nos gestos diários: arrumar as bancas, chamar a clientela, ajudar a vizinha, compartilhar preocupações. Este território feminino, construído pela prática, revela as múltiplas dimensões das relações sociais na Amazônia urbana contemporânea.

A pesquisa revelou, ainda, que o trabalho feminino na feira está atravessado por tensões entre reconhecimento e invisibilidade. Apesar de seu papel central na manutenção da feira e na economia local, as mulheres ainda enfrentam desafios relacionados à falta de políticas públicas específicas, ao acesso desigual a direitos e à sobrecarga imposta pela dupla jornada de trabalho. Contudo, ao mesmo tempo, a atuação delas demonstra a força da coletividade e a capacidade de criar caminhos próprios de autonomia e dignidade, mesmo em contextos adversos.

Assim, as mulheres feirantes de Castanhal constroem um fazer cotidiano que é também um fazer político: ao ocuparem a feira, ressignificam as noções de espaço público e de trabalho feminino, transformando o que antes era visto como “ajuda” em ação produtiva e socialmente reconhecida. Esse processo de ressignificação é também uma forma de resistência e de invenção de si, na medida em que desafia os modelos tradicionais de gênero e amplia as possibilidades de ser mulher no campo e na cidade.

Os resultados desta pesquisa também contribuem para o campo teórico ao evidenciar que as feiras livres, frequentemente tratadas pela literatura como espaços econômicos ou culturais, podem ser compreendidas como arenas de disputas de gênero e de construção de autonomia feminina. Ao articular memória, território e trabalho, este estudo amplia as análises sobre mulheres amazônicas, destacando a centralidade de suas narrativas na produção do social. Além disso, ao trazer a perspectiva de apenas uma interlocutora principal, a dissertação demonstra que a profundidade analítica não depende da quantidade de entrevistas, mas da qualidade da escuta e do rigor interpretativo. Assim, o trabalho reafirma a potência epistemológica da história oral e da interdisciplinaridade para investigar experiências de mulheres no Norte do Brasil, contribuindo para uma leitura mais complexa das relações entre gênero, trabalho e território.

Por fim, esta pesquisa reafirma a importância de ouvir, registrar e valorizar as vozes femininas que constroem, com suas práticas e saberes, a história viva das feiras livres amazônicas. As memórias das feirantes da AFEPRUC não são apenas lembranças individuais, mas fragmentos de uma memória coletiva que preserva modos de vida, de trabalho e de

resistência. Em suas narrativas, reconhece-se a potência das mulheres que, mesmo diante das adversidades, seguem reinventando o cotidiano e ampliando os horizontes de sua existência.

Como desdobramento futuro, pretende-se aprofundar a investigação junto a outras feirantes e feiras da região, ampliando o diálogo entre memória, gênero e território. Acredita-se que tais estudos poderão contribuir para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades das mulheres rurais e para a valorização dos etnosaberes que sustentam a vida e a economia popular amazônica.

Assim, encerrar esta dissertação é reconhecer que a feira, mais do que um espaço físico, é um território de memória e de resistência. E que as mulheres feirantes de Castanhal, ao narrar suas trajetórias, continuam a escrever, com suas próprias vozes, uma história de luta, dignidade e permanência.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **História da Educação**, v. 7, n. 14, p. 79-95, 2003.
- ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA {22.: João Pessoa, PB). Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10f.
- AMARAL, Márcio D. Brito. As feiras em cidades médias da Amazônia: as relações desenhadas a partir das experiências nas cidades de Marabá-PA, Macapá-AP e Castanhal-PA. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 376-391, 2016.
- ANDRADE, Mayara Melo de. **Trabalho feminino na Feira da Sulanca de Caruaru – Pernambuco**. 2017. 63 f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, 2017.
- ÂNGULO, J. L. G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. v. 5 (2). 2003.
- AZEVEDO, V. M.. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Barbacena-MG**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa-MG, Viçosa, MG. Disponível em: . Acesso em 8 mai. 2025.
- BACHUR, João Paulo. Para uma sociologia da ressignificação. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 263-295, 2021.
- BASSANEZI, M. S. Mulheres que vêm, mulheres que vão. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto. 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Infância em Berlim por volta de 1900**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAMPOS, C. **As relações de gênero e o MST**. In: SETOR NACIONAL DE GÊNERO – MST. Construindo novas relações de gênero: desa!ando relações de poder. São Paulo: Anca, 2003, p. 7-31.

CANTARINO, João Marcos Ferreira; PEREIRA, Danilo Assis. Memória: da filosofia à neurociência. **Universitas: Ciências da Saúde (encerrada)**, v. 2, n. 2, p. 165-200, 2004.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CARDOSO, MARIA VITÓRIA SILVA; FERREIRA, LUÍS CARLOS. A mulher feirante e as invisibilidades da classe trabalhadora feminina: desafios interdisciplinares. 2023.

CARVALHO, J. J.; AGUIAR, M. G. G.. Qualidade de vida e condições de trabalho de feirantes. **Revista Saúde Coletiva UEFS**, n.7, 2017, p.60-65. Disponível em: <10.13102/rscdauefs.v7i3.1943>. Acesso em 03 mar. 2025.

CARVALHO, A. V. de. Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa. **Aletheia**, v. 52, n. 2, 2019.

CARDOSO, Maria Vitória Silva; FERREIRA, Luís Carlos. A mulher feirante e as invisibilidades da classe trabalhadora feminina: desafios interdisciplinares. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, São Luís, v. 9, n. 2, p. 1–15, jul./dez. 2023.

CASTRO, Priscila Rodrigues de. As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas. **Rev. Katálýsis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2020.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p459>. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802020000300459&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 abr. 2025.

- CERTEAU, Michel. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: Szmrecsanyi, M. I. Q. F. (Org.), **Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano**. São Paulo: FAU/USP. pp. 3-17. 1985.
- CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Argentina: Nueva Visión. 1974.
- COSTA, Rafaella Nascimento; OLIVEIRA, Danyelle Braga. Análise de discurso: considerações metodológicas. **Tempo da Ciência**, v. 28, n. 1, p. 1–14, 2021. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/tempodaciencia/article/view/12291>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio; ALENCAR, Maria de Cleófas Faggion; ABREU, Lucimar Santiago. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>. Acesso em: 07 mai. 2025.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, 2003.
- DENZIN, N. K. Interpretando a vida de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner. *Dados*, v. 27, n. 1, 1984.
- DIAS, V. V., RÉVILLION, J. P., & TALAMINI, E. **Cadeias curtas de alimentos orgânicos: aspectos das relações de proximidade entre consumidores e agricultores no Brasil**. In M. Gazolla & S. Schneider (Orgs.), *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS. 2017.
- FERNANDES, José Guilherme dos Santos. *et al.* Malha de saberes: Memória, narrativa e história oral na produção e na transmissão do conhecimento. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 72, p. 284-308, 2021.
- FERNANDES, José Guilherme dos Santos. **Pés que andam, pés que dançam**: memória, identidade e região cultural na esmolação e marujada de São Benedito em Bragança (Pa). Belém: EDUEPA, 2011.
- FILIPAK, A. **Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015)**: análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 2017. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília-SP, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDAR, Jô. GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 7, n. 13, 2008. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 09 mar. 2025.

GONÇALVES, Sônia P.; GONÇALVES, Joaquim P.; MARQUES, Célio Gonçalo. Manual de investigação qualitativa. **Lisboa: Pactor**, 2021.

GONÇALVES, B. B. et al. **Mulheres e conflitos socioambientais**. Curitiba, PR: CEPEDIS, 2020. v. II. Disponível em: <http://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/05/5-Mulheres-e-conflitos-socioambientais.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HEILBORN, M. L. RODRIGUES, C. Gênero: breve história de um conceito. **APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista** Ano XII n. 20 p. 9-21 jul./dez.2018.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. **Geografia (UEL)**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 135–140, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10361>. Acesso em: 21 jul. 2025.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300004>. Acesso em: 28 jul. 2025.

LEONARDELLI, Patricia. A memória como recriação do vivido-um estudo da história do conceito de memória aplicado às artes performativas na perspectiva do depoimento pessoal. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo. 2008.

MATOS, Maria Izilda. BORELI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. **Nova História das Mulheres no Brasil**. PINSKY, Carla. PEDRO, Joana Maria (org). Ed. Contexto, SP, 2012.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino & masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de Direito do Trabalho**: história e teoria geral do direito do trabalho e relações individuais e coletivas de trabalho. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015. Acesso em: 30 abr. 2025.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003#:~:text=Palavras%2Dchave%3A%20movimento%20feminista%3B,%3B%20poder%3B%20mulheres%20e%20pol%C3%ADtica. Acesso em: 30 abr. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RANGEL, Olívia. SORRENTINO, Sara. Gênero: conceito histórico. Fundação Maurício Grabois. EDIÇÃO 33, MAI/JUN/JUL, 1994, PÁGINAS 47, 48, 49, 50, 51. Disponível em: <https://grabois.org.br/1994/05/01/gnero-conceito-histrico-2/>. Acesso em: 09 mar. 2025.

RENTING, H., MARSDEN, T. K., & BANKS, J. 2003. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment & Planning A**, 35(3), 393-411.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Patricia Quirino; VARGAS, Maria Augusta Mundim. Ser mulher e ser feirante no território-lugar chamado feira. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 1, p. 263-269, jan./mar. 2020. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

SÁ, M.. **Feirantes: quem são e como administram seus negócios**. 3ª ed. ver. Recife. Ed: UFPE, 2019, 269p.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2024.

SALVARO, Giovana. LAGO, Mara. WOLFF, Cristina. “Mulheres Agricultoras” e “Mulheres Camponesas”: **Lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades**. *Psicol. Soc.* 25 (1) 2013.

SANTOS, Silvana M. de Moraes dos. OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis. Espaço Temático: Desigualdade e Gênero**. 13. UFSC. Junho, 2010.

SANTOS, Náira Aparecida Soares. O CUIDADO DE SI DE MULHERES FEIRANTES FRENTE AO ADOECIMENTO CRÔNICO. **Anais dos Seminários de Iniciação Científica**, n. 23, 2019.

SANTOS, T. G. D.; ISAGUIRRE, K.; VASCONCELOS A. L. M. **Somos mulheres trabalhadoras rurais**: da invisibilização ao reconhecimento de direitos previdenciários e da cidadania. *Revista Brasileira de Direito Social – RBDS*, Belo Horizonte, v. 5, m. 1, p. 65-87, 2022.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 95-102, 2007.

SILVA, C. N. da; SIMONIAN, L. T. L. A questão de gênero: um breve estudo no estuário amazônico. **Paper do NAEA**, nº 200, dez. 2006.

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, G. B. J. R. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021.

SILVESTRE, Luiz. RIBEIRO, Áureo. FREITAS, Camila. Subsídios para a construção de um programa público de apoio à feira livre no Vale do São Francisco, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 13, n. 2, p. 186-200, 2011.

SOUZA FILHO, C. F. Marés de. **Os direitos indivisíveis**. In: FERREIRA, Helene S. (Org); FREITAS, Cinthia O. de A. (Org) *Direito Socioambiental e Sustentabilidade - Sociedade, Estado e Meio Ambiente*. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

SCOTT, James C. Revolution in the Revolution: Peasants and Commissars. **Theory and Society**, vol. 7, n. 1, p. 97-134. 1979.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In **Educação e Realidade**, vol. 16, nº 2, p. 5-22. Porto Alegre, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-82.

SPIELMANN, H. "Alteridade" desde Sartre até Bhabha: um surf para a história do conceito. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. v. 5 n. 5. 2000.

TEIXEIRA, J. C. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas** (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VARANDA, Ana Paula de Moura. O trabalho de mulheres rurais organizadas economicamente: redes de sociabilidade e relações de gênero na Zona da Mata Mineira – MG. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 137–156, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/28545>. Acesso em: 26 de mai. de 2025.

APÊNDICES E ANEXO

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO ESTUDO: Memórias e Dissidências: Um Estudo sobre as Narrativas de Mulheres Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA

Pesquisador Responsável: **Camila Costa de Oliveira**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que a senhora não consiga entender, converse com a pesquisadora responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa compreender as narrativas das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal/Pará por meio de suas memórias e dissidências e tem como justificativa pela necessidade de um aprofundamento das identidades das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal - AFEPRUC, os valores significativos que atribuem essas identidades e como se relacionam com outros aspectos de suas vidas.

Se a Sra. aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: responder as perguntas para entrevista relacionadas aos seus dados pessoais e questões sobre as suas vivências como mulher feirante e os seus desafios enfrentados, como se deu sua trajetória pessoal e profissional das mulheres feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal/Pará, verificar como as mulheres feirantes construíram as suas identidades a partir dos seus lugares de fala. As perguntas serão realizadas de forma presencial, no qual a pesquisadora irá até o local da pesquisa, a Feira do Produtor Rural de Castanhal. A entrevista será gravada em áudio para posteriormente ser transcrita, sempre respeitando o sigilo das participantes.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos podem ser o vazamento de dados, vale ressaltar que todas as informações fornecidas serão mantidas em sigilo e usadas exclusivamente para fins de pesquisa. Seus dados serão armazenados de forma segura e apenas a equipe de pesquisa terá acesso a eles. Os resultados serão divulgados de forma anônima, sem identificação dos participantes.

Algumas perguntas podem causar desconforto ou trazer à tona lembranças desagradáveis. Caso isso ocorra, você tem a liberdade de pular a questão ou parar de responder. Caso você sinta cansaço ou fadiga mental durante a entrevista, será permitido pausas e você poderá retornar assim que se sentir melhor. Em caso de apresentação de quadros de angústia ou sofrimento, durante a entrevista, o participante pode ser encaminhado para o serviço de apoio psicológico à comunidade estudantil, ofertado pela Superintendência de Assistência e Acessibilidade Estudantil (SAEST) da UFPA, também disponibilizaremos o contato e apoio da equipe de pesquisadores deste estudo.

Como benefícios, sua participação exposição e valorização das mulheres feirantes, bem como suas histórias. Auxiliarão no avanço de pesquisas sociais, possibilitando abrir novas discussões para

novas explorações dos problemas que as mulheres feirantes enfrentam diariamente diante da sociedade castanhalense, conscientizando para o seu importante papel na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho, aqui, no caso, o trabalho de feirantes, e contribuir para a sua autonomia, autoestima e pela luta por seus direitos. Além de evidenciar o público que elas pertencem, gerando impacto social e científico apresentando dados e análises que possam subsidiar a criação de políticas públicas mais justas e equitativas para as mulheres feirantes.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso a Sra. decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e a Sra. não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Caso ocorra algum problema ou dano com a Sra., resultante de sua participação na pesquisa, a Sra. receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causais com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido a Sra., o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que a Sra. queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso a Sra. tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Camila Costa de Oliveira pelo telefone (91)988026674, endereço Alameda Nazaré, Nova Olinda nº 56, Castanhal/PA e/ou pelo e-mail (ccohistoria@gmail.com) ou com o Comitê de Ética em Pesquisa, pertencente ao Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA), com endereço em: Rua Augusto Corrêa, nº 01, Campus do Guamá, UFPA, Faculdade de Enfermagem do ICS, sala 13, 2º andar. CEP: 66.075-110, Belém-Pará, com telefone para contato: 3201-7735 e E-mail: cepccs@ufpa.brTCLE.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma da Sra. e a outra para os pesquisadores.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: Memórias e Dissidências: Um Estudo sobre as Narrativas de Mulheres Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA.

_____ Nome do participante ou responsável _____ Assinatura do participante ou responsável	Data: ____/____/____
--	----------------------

Eu, **Camila Costa de Oliveira**, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

_____ Assinatura do Pesquisador	Data: ____/____/____
------------------------------------	----------------------

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Projeto: Memórias e Dissidências: Um Estudo sobre as Narrativas de Mulheres Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA

Idade: _____

Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

Data: _____

Local: _____

1. Trajetória pessoal e entrada na feira

- Há quanto tempo você trabalha na feira AFEPRUC?
- Como começou sua atuação aqui? Alguém lhe incentivou?
- Possui algum outro meio de renda – Que não seja pela feira rural?

2. Rotina e experiências de trabalho

- Como é o seu dia de trabalho durante os dias de feira (desde a colheita até a venda)?
- Você mesma produz os produtos que você costuma vender?
- Que tarefas realiza sozinha e quais compartilha com outras pessoas?
- Como é a relação com os clientes? Se sente valorizada pelos clientes?

3. Desigualdades e desafios

- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta como mulher feirante?
- Você sente que existe alguma diferença entre a forma como homens e mulheres são tratados na feira?
- Já passou por situações de desrespeito, invisibilidade ou exclusão por ser mulher?

4. Participação e reconhecimento

- Você já participou da diretoria ou da associação da feira?
- Acha que as mulheres têm espaço para participar das decisões da feira?
- Como você vê a importância das mulheres no funcionamento da feira?

5. Memória e identidade

- O que a feira representa na sua vida?
- Como o trabalho aqui mudou você ao longo do tempo?
- Tem alguma lembrança ou história marcante que gostaria de contar?

6. Mudanças ao longo do tempo

- Desde que começou, o que você percebe que mudou na feira?
- A prefeitura ou outras instituições apoiam mais, menos ou igual a antes?

7. Futuro e resistências

- O que você espera para o futuro da feira e do seu trabalho aqui?
- O que poderia melhorar para facilitar a vida das mulheres que trabalham na feira?
- O que faz você continuar, mesmo diante das dificuldades?

APÊNDICE II

ENTREVISTA I

Projeto: Memórias e Dissidências: Um Estudo sobre as Narrativas de Mulheres Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA

Idade: 69 anos

Estado Civil: Casada

Escolaridade: 2ª grau completo

Data: 09 de julho de 2025

Local: Feira do Produtor Rural de Castanhal

1. Trajetória pessoal e entrada na feira

- Há quanto tempo você trabalha na feira AFEPRUC?

— 40 anos.

- Como começou sua atuação aqui? Alguém lhe incentivou?

— Não, foi uma necessidade que a gente tinha. Foi uma necessidade que a gente tinha, né? Eu trabalhava, antes de vir pra cá, eu trabalhava na calçada da feira coberta ali, na ceasa. Aí lá a gente só podia trabalhar até sete horas da manhã, né? Aí a gente que tinha produção, aí... Deu sete horas, tinha que jogar fora, né? Aí uma certa vez, eu tava revoltada, né, com tanta perda já. Aí quando chegou sete horas que os fiscais passaram pedindo pra... Mandando retirar, né? Aí eu disse que eu não ia sair. “Você não vai sair porquê?” eu disse: não, porque eu não vou sair. A mercadoria é minha, não tô com medo de ninguém. É minha, eu vou vender. “Não, você não vai sair”. Aí eu comecei, assim, discutindo com ele. É um... Num tom baixo, né? Aí ele começou... Querendo varrer, sabe, em cima. Aí eu peguei, tinha umas caixas lá, assim, de madeira, aí eu subi. A caixa eu botei, assim, subia e fiz, assim, tipo, assim, um protesto, sabe? Falei mais... Eu comecei a falar alto, falar alto, que nós que é da agricultura não podia vender essa mercadoria, que não tinha onde. E aí, nessa ocasião, vinha passando um membro da EMATER, um senhor da EMATER, que era até o coordenador geral. Dr. Dejalma, que hoje já não tá mais entre nós. Aí ouvi aquilo, aí ele levou aquela minha conversa, ele levou pra EMATER. Aí começaram a discutir entre ele e lá. Aí foi surgido, junto com a Endu e a Prefeitura de Castanhal, que surgiu a Feira do Agricultor. 1984.

- Possui algum outro meio de renda – Que não seja pela feira rural?

— *Sim, possuo. Sou aposentada.*

2. Rotina e experiências de trabalho

- Como é o seu dia de trabalho durante os dias de feira (desde a colheita até a venda)?

— *É cansativo, mas... É gratificante. Porque, além de eu apurar um dinheiro a mais, eu tenho muitos amigos aqui na feira, sabe? Essa feira, pra mim, é uma terapia. A gente conversa com um, conversa com outro, eles passam a experiência deles, que eles têm, de remédio, de convivência, de tudo, e a gente passa pra eles. Aqui é uma família. É uma troca. É uma troca. É muito gratificante.*

- Você mesma produz os produtos que você costuma vender?

— *Sou eu mesma que produzo com o meu marido.*

- Que tarefas realiza sozinha e quais compartilha com outras pessoas?

— *Eu vendo... Sozinha. Eu colho praticamente só, não é só. Porque tem coisas que eu tiro e não posso carregar, tipo uma caixa de mamão, eu tiro e não posso. Coisa assim, alguém carrega pra mim. A colheita é minha. Os cuidados com o produto são meus.*

- Como é a relação com os clientes? Se sente valorizada pelos clientes?

— *Me sinto. Meus clientes são maravilhosos. Pra mim, a minha convivência com meus clientes é como eu acabei de falar pra ti, é como se nós fôssemos uma família. É muito bom. E com os vizinhos de banca também. Aqui nós somos uma família. Quando alguém deixa de vir, acontece algo com ele, que ele deixa de vir pra feira, a gente começa a sentir falta daquela pessoa. Já tem aquelas pessoas tudo na mente da gente, né? Aí a gente passa um mês, dois meses, aí aquela pessoa aparece magrinha, assim, sofrida. “Ah, eu tava doente.” Aí conta, né, o que aconteceu. Porque a gente já viveu. Quarenta anos, né, mana? Quarenta anos, não é quarenta dias.*

3. Desigualdades e desafios

- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta como mulher feirante?

— *Como mulher feirante é o maior desafio, deixa eu ver... Só carregar pesos. É só isso, também. Só isso, só pesos. Porque o resto eu tiro de letra.*

- Você sente que existe alguma diferença entre a forma como homens e mulheres são tratados na feira?

— *Aqui na feira, não. Pode ter, mas aqui na feira, não. Aqui na feira, a gente... Todo mundo é tratado igualmente. Tanto pelo consumidor, também pelos nossos parceiros de lado. Eles até elogiam a gente, nossos amigos feirantes. “Essa é mulher de fé, essa mulher não sei o que,” sabe? “Essa mulher é cara e tal”, sabe? Eles não têm diferença.*

- Já passou por situações de desrespeito, invisibilidade ou exclusão por ser mulher?

— *Já. No passado, quando logo essa feira surgiu, tinha um moço, um moço que vendia alho... ele não era feirante, né? Eu, nessa época, era presidente da feira. Aí, por eu ser mulher, ele vendia alho, aquelas tranças de alho, né? Aí, aqui, nessa época, era mais rígido do que hoje, né? Não podia ninguém que não fosse feirante vender, né? Aí... Ele botou isso em cima minha banca, aí eu mandei que ele tirasse. Ele disse que não ia tirar. Não, você vai tirar, porque você não pode ficar aqui. Aí ele disse pra mim que ele ia me dar uma facada. Você não vai dar uma facada, mas você vai sair aí, porque eu não estou sozinha. Eu não estou sozinha. Aqui todos são meus amigos. Aí, nessa ocasião, já começaram a chegar um do lado, outro do outro, pra perto de mim, sabe? Aí ele foi embora. Ele disse, mas eu te pego na rua. Aí ele disse pra mim, nem na rua, nem aqui você não vai pegar. E nunca pegou. E eu costumava, costumava, sempre vendo ele. Depois disso, com os anos, ele começou a andar por aqui, mas... Mas por eu ser mulher, se eu fosse homem, não teria dito aquilo, né? Então isso aí nunca saiu da minha mente.*

4. Participação e reconhecimento

- Você já participou da diretoria ou da associação da feira?

— *Já, fui presidente por duas vezes. Trabalhei mais de 30 anos na diretoria. Como conselho fiscal. Como conselho fiscal, relações públicas, mas eu trabalhei... Hoje eu já estou afastada. Hoje eu estou afastada. Trabalhei muito, já dei muito de mim. Eu sou suplente, mas eu já disse que eu não quero. Não quero ser alguém dos atuantes, os bonitão aqui, atuantes. Aí ele diz que não desisti porque eu não quero assim. Eu já trabalhei muito por aqui. Já chorei muito, já dei muito sangue por aqui. Passei muita fome. Foi mesmo? Porque*

aqui a gente tinha que ir para as comunidades, fazer fiscalização, ver se os agricultores estavam trazendo produtos deles, que hoje está mais liberado, não está mais como era. Aí a gente passava fome, passava horas de comer. Era, sofria. A feira, ela era muito carente. Ela era muito carente financeiramente. Hoje já está melhor, né? Então, eu passei muito. Então, não quero mais.

- Acha que as mulheres têm espaço para participar das decisões da feira?

— Tem, hein? Nas assembleias. Nós temos assembleias de três em três meses. Cada primeira e segunda feira de cada três meses. Aí a votação é intercalada, homens e mulheres.

- Como você vê a importância das mulheres no funcionamento da feira?

— Olha, principalmente porque a mulher é mais acolhedora, né? Ela é mais acolhedora, ela é mais carinhosa, ela é mais sensível com os consumidores. Quando você vai numa banca e tem só mulher, você é tão bem tratado que dá vontade de voltar de novo, né? Aí quando você volta para comprar o meu, você compra do vizinho ali, né? Então, é muito especial isso.

5. Memória e identidade

- O que a feira representa na sua vida?

— A feira representa tudo para mim. Materialmente, ela representa tudo, porque na feira eu eduquei meus filhos, essa minha filha que está aqui, é vice-diretor lá do Caique, ela é coordenadora, o meu filho é professor de matemática. Então, dessa feira, eu tirei tudo, eu vim pra essa feira, não tinha nada. Hoje eu tenho meu carro, eu tenho meu terreno grande, um grande plantio de açaí, de cacau, de tudo. Então, para mim, ela representa tudo, materialmente, né? Sem ela, mana, eu fico um peixe fora d'água. Eu adoro vir para cá.

- Como o trabalho aqui mudou você ao longo do tempo?

— Eu aprendi a ser mais tolerante. Aqui eu aprendi a ser mais tolerante. Se alguém chega e diz ah, está muito caro, não sei o quê, aí então eu já não respondo assim, bruscamente, né? Não, amor, é por causa disso, disso, sabe? Eu aprendi a ser mais tolerante, que antes eu não era tanto assim.

- Tem alguma lembrança ou história marcante que gostaria de contar?

— Não, a história que eu gostaria de contar, que é marcante, é quando nós não tínhamos esse mercado aqui, que nós trabalhávamos naquela feira ali, que é no sofrimento, no meio da chuva, do sol. Aí quando foi para ser essa feira aqui, teve uma, em Belém, naquela época era o... Papudin, né? que era o governador do estado. Hélio Gueiros. Aí ia ter uma inauguração na ceasa dos galpões de citros. Aí então, para que a gente pudesse ganhar esse local aqui, eu tive que ir para lá. Eu tive que ir para lá lutar. Eu passei de quatro pés, de quatro pés por debaixo dos guardas que estavam todos segurando na mão do outro, né? Eu pude levar o ofício na mão, dei na mão dele lá, do Papudin, né? Aí então, isso para mim, isso eu não esqueço nunca, sabe? Como é que eu fui naquele... Atravessei aquele caminho, e não me botaram para trás, olha. Isso aí foi uma coisa inédita para mim.

6. Mudanças ao longo do tempo

- Desde que começou, o que você percebe que mudou na feira?

— Eu acho que mudou muito o tipo de educação das pessoas. Porque quando começou a feira, todo mundo só pensava em vender o que era seu próprio. Hoje em dia, as pessoas já compram a... a diretoria atual, já jogam em reunião, em assembleias, para ter espaço de comprar o que não tem, comprar de outro, né, pra trazer? E naquela época, não era assim. Então ele deu abertura para isso. Hoje, digamos assim, eu tenho um monte de mamão desse, meu. Aí eu trago para cá uma grande quantidade de mamão meu, e às vezes eu nem vendo, porque é aquelas pessoas que não tinham compraram de outros para trazer. Entendeste? Então, atrapalha. Atrapalha muito. Ele ajuda por um lado, mas atrapalha por o outro.

- A prefeitura ou outras instituições apoiam mais, menos ou igual a antes?

— Não. Menos. Antigamente não. Eles ajudavam mais. Agora também as pessoas não estão em busca, né? Pois é, naquele tempo eles ajudavam mais. Naquele tempo, a gente não tinha condições, de jeito nenhum. As pessoas vinham para cá de bicicleta, bicicleta cargueira, nem moto, não tinha. Eu andei em cima de caçamba. São Isabel para cá, eu andava em cima de uma caçamba. A caçamba da Prefeitura vinha nos trazer para cá. E outros e outros, era assim. E hoje não. Hoje, 75% das pessoas daqui tudo tem carro. O que não tem, mas a família tem, né? O filho. Então melhorou muito. É a diferença.

7. Futuro e resistências

- O que você espera para o futuro da feira e do seu trabalho aqui?

— Para o futuro da feira, eu espero que as pessoas se conscientizem que a feira do agricultor ela teve um trabalho muito grande para ela ser construída. Ela teve um trabalho muito grande para ser construída. Então que valorize para que os filhos deles, os netos deles, eles tenham onde eles possam vender. Diretamente ao consumidor. Pois é. Para que nunca acabe essa feira. Porque cada vez mais ela melhora, que ela evolua. É isso que eu desejo.

- O que poderia melhorar para facilitar a vida das mulheres que trabalham na feira?

— A vida das mulheres que trabalham na feira para melhorar, teria que ter uma... Cada uma no seu município, no seu município, ter uma... Escolas para deixar seus filhos, entendestes? Para poder botar seus filhos lá, para que ela pudesse trabalhar com segurança. Eu estou falando de mulheres que ainda produzem família, né? E... Até para vir para cá, que elas tivessem que deixar seus filhos com segurança. Hoje, as pessoas deixando seus filhos em casa, é muito arriscado. Uma menina de 10 anos (15:13) com as crianças menores, 11 anos, é isso que eu queria. Porque ela estando aqui, ela está segura. Aqui nós estamos seguros, graças a Deus. Nunca houve... Nunca houve nenhum acontecimento que... nos deixasse marcado nossa vida. De agressão, sabe? De roubo, de nada. Então, nós estamos aqui, a gente tem que ser seguro. Mas lá na colônia, tem. Seria uma política pública, para que os outros municípios, que fazem parte da feira, pudessem ter. Isso é o que é difícil, né? É muito difícil.

- O que faz você continuar, mesmo diante das dificuldades?

— Como eu te falei, aqui é a minha terapia. Aqui é a minha terapia. Não é dinheiro, é só para poder dar conversão, é... tirar o estresse. Aqui, quando eu chego... Quando eu chego em casa, é tão tranquilo. Eu chego em casa, tomo um banho. Aí, estou tranquila, não tenho mais filho pequeno. Só tomar um banho, almoçar, deitar. A gente fica relembando as coisas que aconteceram. É, para mim, é uma terapia isso aqui. É? É maravilhoso.

APÊNDICE III

ENTREVISTA II

Projeto: Memórias e Dissidências: Um Estudo sobre as Narrativas de Mulheres Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA

Idade: 52 anos

Estado Civil: Casada

Escolaridade: Fundamental Incompleto

Data: 26 de setembro de 2025

Local: Feira do Produtor Rural de Castanhal

1. Trajetória pessoal e entrada na feira

- Há quanto tempo você trabalha na feira AFEPRUC?

— 10 anos.

- Como começou sua atuação aqui? Alguém lhe incentivou?

— *Meu marido. Eu trabalhava em casa de família. Ele foi e perguntou se eu não queria trabalhar aqui. Eu disse que queria. Aí eu comecei, com um pouquinho. Não tinha nem banca, né? Na banca da minha irmã. Sempre a gente plantou, sabe? Aí agora já planta mais, né? De primeira era mais pouco. Eu comecei com goma, colorau, pimenta do reino, pisadinho no saquinho, essas coisas. Aí agora já tenho tudo isso aqui.*

- Possui algum outro meio de renda – Que não seja pela feira rural?

— Não, só isso aqui.

2. Rotina e experiências de trabalho

- Como é o seu dia de trabalho durante os dias de feira (desde a colheita até a venda)?

— *É muito cansativo, muito. Ontem mesmo... ainda é estressante, né? Quando a gente chega em casa, chega estressado. E aqui não, aqui a gente tem que mostrar a mil maravilha né? Eu chego cansada. Além de trabalhar aqui, ainda trabalho em casa quando chega, né?*

- Você mesma produz os produtos que você costuma vender?

— Não, isso aqui quem planta é meu esposo, meus dois filhos e os sobrinhos.

- Que tarefas realiza sozinha e quais compartilha com outras pessoas?

— *A venda.*

- Como é a relação com os clientes? Se sente valorizada pelos clientes?

— *Sim.*

- Eles lhe tratam bem?

— *Trata bem. Graças a Deus, ainda não achei assim... assim, pá. Todos tratam bem e eu gosto de tratar bem das minhas pessoas.*

3. Desigualdades e desafios

- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta como mulher feirante?

— *Maior dificuldade? É a vinda pra cá, porque eu não tenho carro próprio. Venho de ônibus, de busão. Dia de quarta-feira tem um senhor lá, meu compadre, que ele traz a minha mercadoria, né? Mas aí na quarta. Aí o que eu adquiri depois da quarta-feira é tudo no ônibus. Entendeu?*

- Você sente que existe alguma diferença entre a forma como homens e mulheres são tratados na feira?

— *Não. Acho que não. Tudo igual.*

- Já passou por situações de desrespeito, invisibilidade ou exclusão por ser mulher?

— *Não. Aqui dentro? Não. Graças a Deus, todo mundo me respeita, eu respeito todo mundo. É a hora da gente brincar, brincar né.*

4. Participação e reconhecimento

- Você já participou da diretoria ou da associação da feira?

— *Não. Só associada. Meu esposo que era da... Conselho Fiscal. Eu não.*

- Acha que as mulheres têm espaço para participar das decisões da feira?

— *Tem. Aqui tem. Sempre em reunião é colocado, né? E todo mundo que quiser falar, fala. Quem quiser dar opinião, dá opinião.*

- Como você vê a importância das mulheres no funcionamento da feira?

— *Como eu vejo? Eu acho muito importante.*

- A senhora acha que os clientes se sentem bem quando são atendidos por mulheres? Se a banca é mais organizada?

— *Sim, sinto. Sente, sente sim.*

5. Memória e identidade

- O que a feira representa na sua vida?

— *Deus em primeiro lugar e depois a feira, que é da onde eu tiro meus sustentos mesmo. Pra mim é muito importante. Isso aqui é uma terapia pra mim. Até pra saúde. Fora os estresses que a gente tem, porque... enfim... Mas... Mas eu gosto muito.*

- Como o trabalho aqui mudou você ao longo do tempo?

— *A gente às vezes tira uma lição de vida através de um freguês, né? Porque a gente vê como ele chega na banca da gente. Aqui, graças a Deus, eu sou muito querida. Graças a Deus, como todo mundo. Pelos outros diferentes mesmo, né? Todo mundo mesmo. Quando eu chego, Marina pra cá, Marina pra lá, aí me oferece café. Eu me sinto muito bem aqui.*

- Tem alguma lembrança ou história marcante que gostaria de contar?

— *Não. Eu tenho, mas não gostaria de contar.*

6. Mudanças ao longo do tempo

- Desde que começou, o que você percebe que mudou na feira?

— *Ah, essa feira não muda nada. É a mesma coisa.*

- A prefeitura ou outras instituições apoiam mais, menos ou igual a antes?

— *Apoia, apoia bastante. Tudo que vai ter, tem o apoio da prefeitura. Tem o vereador responsável. Mas sempre eles vêm e dão o apoio deles, né?*

7. Futuro e resistências

- O que você espera para o futuro da feira e do seu trabalho aqui?

— *Mais prosperidade, né? Claro. E que organize mais um pouco essa feira, porque eu ainda acho ela muito desorganizada.*

- O que poderia melhorar para facilitar a vida das mulheres que trabalham na feira?

— *Primeiro reformar essas bancas, fazer uma coisa mais organizada, né? Essas bancas mesmo tão com idade.*

- O que faz você continuar, mesmo diante das dificuldades?

— *É tipo assim, porque é daqui mesmo que eu levo o sustento pra casa, né?*

- Pra senhora não tem outra opção?

— *Não. Pra mim não. Porque começa pela idade. Eu não tenho mais como arrumar um emprego, né? Aí é daqui mesmo. Marido e os filhos plantam, aí eu vendo. E a gente vai levando.*

APÊNDICE IV

ENTREVISTA III

Projeto: Memórias e Dissidências: Um Estudo sobre as Narrativas de Mulheres Feirantes da Feira do Produtor Rural de Castanhal-PA

Idade: 35 anos

Estado Civil: Casada

Escolaridade: Fundamental Incompleto

Data: 26 de setembro de 2025

Local: Feira do Produtor Rural de Castanhal

1. Trajetória pessoal e entrada na feira

- Há quanto tempo você trabalha na feira AFEPRUC?

— *20 anos.*

- Como começou sua atuação aqui? Alguém lhe incentivou?

— *É meu pai que trabalhava. É que o meu pai morreu, eu tinha 14 anos. Aí fiquei ajudando a minha mãe, que plantava e eu ficava sozinha, na banca.*

- Possui algum outro meio de renda – Que não seja pela feira rural?

— *Não.*

2. Rotina e experiências de trabalho

- Como é o seu dia de trabalho durante os dias de feira (desde a colheita até a venda)?

— *Bem corrido, bem estratégico.*

- Você mesma produz os produtos que você costuma vender?

— *Sim. Os filhos ajudam.*

- Que tarefas realiza sozinha e quais compartilha com outras pessoas?

— *Tudo tem a ajuda dos filhos.*

- Como é a relação com os clientes? Se sente valorizada pelos clientes?

— *Boa. Sim.*

3. Desigualdades e desafios

- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta como mulher feirante?

— *Nem sei. Olha, agora esse mês que a gente tá trabalhando tá bem difícil. Não tá tendo quase muita venda. Tá bem fraco a venda. O mercado de frutaria que tem bastante, né? Ao redor da feira.*

- Você sente que existe alguma diferença entre a forma como homens e mulheres são tratados na feira?

— *Não. Igual não é. Eu não sei como é que te diga. Tem gente que trata melhor, outros não.*

- Já passou por situações de desrespeito, invisibilidade ou exclusão por ser mulher?

— *Não.*

4. Participação e reconhecimento

- Você já participou da diretoria ou da associação da feira?

— *Não, direção não. Só associada mesmo.*

- Acha que as mulheres têm espaço para participar das decisões da feira?

— *Sim. Na reunião pode falar, mas eu não falo nada não. Gosto mais de escutar.*

- Como você vê a importância das mulheres no funcionamento da feira?

— *Mais confortável. A mulher trata melhor do que os homens. Mais carinhosa, mais atenciosa.*

5. Memória e identidade

- O que a feira representa na sua vida?

— *Ai, não sei.*

- Como o trabalho aqui mudou você ao longo do tempo?

— *Sim. Pra melhor, com certeza. Porque tipo assim, a gente planta lá, as pessoas querem comprar bem mais barato. E aqui a gente pode vender melhorzinho um pouco. Tem um*

pouco de gasto mais pra chegar até aqui, mas é melhor que vender lá. No meu viver, personalidade, não sei.

- Tem alguma lembrança ou história marcante que gostaria de contar?

— *Não.*

6. Mudanças ao longo do tempo

- Desde que começou, o que você percebe que mudou na feira?

— *Mudou muita coisa. Antes era bem melhor. Bem mais movimento, mais vendedor, mais comprador.*

- A prefeitura ou outras instituições apoiam mais, menos ou igual a antes?

— *Tem uns que ajudam. Antes eles ajudavam mais.*

7. Futuro e resistências

- O que você espera para o futuro da feira e do seu trabalho aqui?

— *Futuro eu não sei não. Que os clientes voltem pra cá, pra feira.*

- O que poderia melhorar para facilitar a vida das mulheres que trabalham na feira?

— *Tá boa, tá bom.*

- O que faz você continuar, mesmo diante das dificuldades?

— *É a minha família, né? Necessidade, né?*

APÊNDICE V

Registro fotográfico da Feira do Produtor Rural de Castanhal

Figura A: Vista de uma das entradas da Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura B: Banca da venda de goma e farinha de tapioca da Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura C: Verduras da Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura D: Banca da venda de verduras da Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura E: A diversidade de produtos regionais na Feira do Produtor Rural de Castanhal, expressando práticas alimentares e saberes locais.



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura F: Corredor da Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Acervo da autora (2026).

Figura G: Entrada principal da Feira do Produtor Rural de Castanhal.



Fonte: Acervo da autora (2026).